

CÂMARA MUNICIPAL

Odielas

Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Ano XIX - N.º 10 / 2018

29 de maio de 2018



FICHA TÉCNICA:

Diretor: Presidente da Câmara Municipal de Odivelas,
Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins

Propriedade e Edição: Câmara Municipal de Odivelas, Rua Guilherme Gomes Fernandes,
Quinta da Memória, 2675-367 Odivelas

Coordenação, Layout e Paginação: Câmara Municipal de Odivelas
Área do Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Periodicidade: Quinzenal

Data de publicação: 29 de maio de 2018

Tiragem: 20 Exemplares

N.º de Depósito Legal: 263350/07

Distribuição Gratuita

Fotos de capa: 1 – António Diogo, 2 – Sara Pinto, 3 – Sara Pinto, 4 – António Diogo, 5 – Morgana Rodrigues,
6 – Vera Esteves, 7 – Vera Esteves, 8 – António Diogo, 9 – Sara Pinto, 10 – Sara Pinto.

Correspondência relativa ao Odivelas Boletim Municipal das Deliberações e Decisões,
deve ser dirigida a:

Câmara Municipal de Odivelas,
Avenida Amália Rodrigues, N.º 27, Piso 0 - Urbanização da Ribeirada - 2675-432 Odivelas

Telefone: 21 932 09 00 - Fax: 21 934 43 06

Disponível on-line através do site oficial da Câmara Municipal de Odivelas: www.cm-odivelas.pt/



ÍNDICE

CÂMARA MUNICIPAL

10.ª REUNIÃO ORDINÁRIA realizada em 16 de maio de 2018

	Página
Moção	7
Voto de Louvor	7
Voto de Repúdio	7
Atas	8
Abertura de procedimento concursal comum para ocupação de um posto de trabalho, na categoria de Técnico Superior	8
Abertura de dois procedimentos concursais para a categoria de Assistente Operacional, no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários (PREVPAP)	8
Adenda ao Acordo de Execução para a Concretização de Delegação Legal de Competências da Câmara Municipal de Odivelas com a Junta da União de Freguesias da Ramada e Caneças	8
Normas de participação, valores de inscrição, caução e ingressos, relativos ao evento “Bichos no Multiusos”	9
Concessão de Licença Especial de Obras Inacabadas relativas às Obras de Urbanização do Alvará 09/2005/DLO, na Quinta do Barruncho, Granja da Paradela em Odivelas	12
Proposta de Delimitação da Unidade de Execução do Casal das Queimadas, Termos de Referência e abertura do Período de Discussão Pública	12
Proposta de Delimitação da Unidade de Execução do Casal dos Sinais, Termos de Referência e abertura do Período de Discussão Pública	12
Proposta de Delimitação do Plano Pormenor do Interface do Senhor Roubado, respetivos Termos de Referência e o Relatório de Ponderação da Discussão Pública	13
Proposta de Alteração do “Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização” (RMEU) e abertura da consulta pública	14
Proposta de Contrato para Planeamento Relativo à Elaboração do Plano de Pormenor Pombais e Freixinho e Início do Período de Discussão Pública	15

UNIDADES ORGÂNICAS

Despachos	19
Avisos	21
Decisões com Eficácias Externas	22



	Página
ASSEMBLEIA MUNICIPAL	
9.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA realizada em 17 de maio de 2018	
Estrutura Orgânica Nuclear da Câmara Municipal de Odivelas - Regulamento	33
2.ª Revisão Orçamental 2018, 8.ª Modificação Orçamental	34
Regulamento do Fundo de Auxílio Social de Emergência	35
Prestação de Contas e Relatório de Gestão 2017 dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas (SIMAR)	35
1.ª Revisão Orçamental de 2018 dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas	35
Passagem dos pontos 7, 8 e 9 para a próxima Sessão da Assembleia Municipal	35
ANEXOS	37
Regulamento da Estrutura Orgânica Nuclear da Câmara Municipal de Odivelas	
Regulamento do Fundo de Auxílio Social de Emergência	



CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS





CÂMARA MUNICIPAL

10.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Realizada em 16 de maio de 2018

DELIBERAÇÕES

MOÇÃO

TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS

Moção intitulada “Transferência de Competências”, apresentada pelos Vereadores da CDU.

(Rejeitada por maioria)

VOTO DE LOUVOR

“ATLETA RUI MARTINS

“No passado dia 13 de Maio no evento Enduroman disputado em Inglaterra, Rui Martins um atleta odivelense que representa a Associação Vale Grande, escreveu uma vez mais uma página dourada da sua carreira e, consequentemente, do desporto em Odivelas.

Ao classificar-se em 2º lugar numa prova especialmente dura – 48h de corrida – Rui Martins traz para Portugal e para Odivelas mais uma medalha de mérito que nos permite sentir um enorme orgulho do trajeto deste atleta e do desporto em Odivelas.

Ao longo dos 225km percorridos, o Rui Martins não levou apenas as cores da Associação Vale Grande, um dos parceiros de referência da Câmara de Odivelas, mas também todo o orgulho de todos nós que, enquanto odivelenses, corremos com ele.

É, por isso, com orgulho, que propomos que a Câmara Municipal de Odivelas, reunida em 16 de Maio de 2018, delibere um voto de louvor ao Rui Martins pelo magnífico

resultado alcançado e consequente com uma carreira dedicada ao desporto da qual nos devemos orgulhar.”

(Apresentado pela bancada do PS - aprovado, por unanimidade).

Odivelas, 16 de maio de 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)”

(Aprovada por unanimidade)

VOTO DE REPÚDIO

“SOBRE OS ACTOS OCORRIDOS NA ACADEMIA DO SPORTING EM ALCOCHETE

“O Desporto constitui um fator de inserção, de igualdade, de participação na vida social, de tolerância, de aceitação das diferenças, promovendo valores como a dedicação, a honestidade, a educação, a responsabilidade, a disciplina, o humanismo, mas em especial o respeito.

O respeito pelas pessoas que fazem parte do desporto nas suas mais variadas funções, desde o professor, o treinador, o dirigente, o árbitro, o colega, o adversário, o adepto, mas acima de tudo o respeito pelo fair play e por valores mais nobres.

Nos últimos anos, tem-se assistido a um aumento da violência quer por parte dos jogadores, em situação de jogo, quer pelos adeptos como consequência da não-aceitação das regras e de comportamentos desviantes que alteram todo o espírito desportivo.

O Sporting Clube de Portugal, instituição com mais de um século de existência, com um palmarés recheado de diversos títulos nacionais e internacionais em várias modalidades, e um dos clubes mais ecléticos da Europa e do mundo, foi ontem invadido por criminosos num ataque bárbaro aos jogadores e staff na Academia do Sporting agredindo e intimidando todos os que ali se encontravam, fazendo do dia de ontem talvez o mais negro na história do clube leonino e um dos mais lamentáveis episódios no Desporto e em particular do Futebol Português.

Não pode valer tudo, e este crime não foi só contra os que ontem sofreram mas contra todos os que gostam e vivem o Desporto de forma saudável, porque a verdadeira alegria é dentro do campo e não a insensatez que se vive fora das quatro linhas.



Um ato cruel que a Câmara Municipal de Odivelas repudia veementemente, manifestando o seu apoio e solidariedade para com o Sporting Clube de Portugal.”

(Apresentado pela bancada do PS - aprovado, por unanimidade).

Odivelas, 16 de maio de 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)”

(Aprovada por unanimidade)

ATAS

ATA DA 1.ª REUNIÃO ORDINÁRIA - QUADRIÉNIO 2017-2021

Ata da 1.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas do Quadriénio 2017-2021, realizada a 15 de novembro de 2018.

(Aprovada por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 15 de novembro de 2017)

RECURSOS HUMANOS

ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL CATEGORIA DE ASSISTENTE TÉCNICO

Abertura de procedimento concursal comum para ocupação de um posto de trabalho, na categoria de Técnico Superior (área de Direito), com vista à celebração de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, para o Gabinete de Gestão Patrimonial e Administração Geral, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/4854, de 2018.05.08.

(Aprovada por unanimidade)

ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL ASSISTENTE OPERACIONAL

Abertura de dois procedimentos concursais para a categoria de Assistente Operacional, no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários (PREVPAP), de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/4826, de 2018.05.08.

(Aprovada por unanimidade)

ACORDO DE EXECUÇÃO

MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES JUNTA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DA RAMADA E CANEÇAS

Abertura de procedimento para a celebração de Adenda ao Acordo de Execução para a Concretização de Delegação Legal de Competências da Câmara Municipal de Odivelas com a Junta da União de Freguesias da Ramada e Caneças para a manutenção dos espaços verdes existentes na Urbanização Solares da Amoreira/Serra da Amoreira, Ramada, nos termos e de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/3870, de 2018.04.18.

“MINUTA

ADENDA AO ACORDO DE EXECUÇÃO
PARA A CONCRETIZAÇÃO DA DELEGAÇÃO LEGAL
DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE
ODIVELAS NA JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS
DE RAMADA E CANEÇAS PARA A GESTÃO E
MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES

AO ABRIGO DOS N.ºs 4 E 5 DA CLÁUSULA 2.ª
DO ACORDO DE EXECUÇÃO

Entre:

O MUNICÍPIO DE ODIVELAS, pessoa coletiva de direito público n.º 504 293 125, com sede nos Paços do Concelho, Quinta da Memória, na Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odivelas, neste ato representada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Senhor Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins, e

A JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS, pessoa coletiva de direito público n.º 510 839 088, com sede na Rua Vasco Santana 1-C, na Ramada, neste ato representada pelo Senhor Presidente da Junta, Senhor Manuel António Varela da Conceição,

é celebrado o presente acordo adicional de execução para concretização da delegação legal de competências da Câmara Municipal, nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 4 e 5 da Cláusula 2.ª do respetivo Acordo de Execução.

E após aprovação dos respetivos órgãos deliberativos, nos termos da Deliberação da Câmara Municipal tomada na suaª Reunião Ordinária de de de 2018, é subscrito e reciprocamente aceite o presente acordo adicional, o qual se rege pelos termos e cláusulas seguintes:



CLÁUSULA PRIMEIRA

A Junta da União das Freguesias de Ramada e Caneças obriga-se a gerir e a assegurar a manutenção dos espaços verdes existentes na **Urbanização Solares da Amoreira - Ramada (Parcelas A e B e caldeiras e arruamento)**, nos termos estabelecidos no Regulamento de Espaços Verdes Parques e Jardins da Câmara Municipal de Odivelas, sendo expressamente proibido efetuar alterações às zonas verdes, sem prévia autorização da Divisão de Gestão Ambiental/ Setor de Construção e Conservação de Espaços Verdes e de Jardins.

CLÁUSULA SEGUNDA

O Município de Odivelas obriga-se a transferir anualmente para a Junta da União das Freguesias de Ramada e Caneças, os meios financeiros destinados ao exercício desta competência, no montante de **526,28 €/ano** (quinhentos e vinte e seis euros e vinte e oito cêntimos), sendo fixados em função dos encargos com recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários ao bom desempenho da competência delegada, até ao final do mandato de 2017/2021, e levando em conta os custos inerentes a cada m² de área verde a gerir e manter. No ano económico de 2018, o valor a transferir será o correspondente a vinte e quatro meses, de janeiro de 2017 a dezembro de 2018, no total de **1.052,56 €** (mil e cinquenta e dois euros e cinquenta e seis cêntimos).

CLÁUSULA TERCEIRA

A Junta da União das Freguesias de Ramada e Caneças obriga-se a manter a integridade das árvores existentes na zona em causa, mantendo a sua forma e crescimento natural, sendo expressamente proibido a poda sem o acompanhamento técnico dos serviços competentes da Câmara Municipal.

CLÁUSULA QUARTA

A Junta da União das Freguesias de Ramada e Caneças obriga-se a permitir que a manutenção da zona objeto do presente Acordo Adicional seja acompanhada pelos técnicos municipais bem como a cumprir todas as orientações técnicas fornecidas extraordinariamente por aqueles com o objetivo de assegurar a melhor manutenção da zona verde em causa.

Odivelas, de de 2018

O Presidente da Câmara Municipal

O Presidente da Junta da União das Freguesias de Ramada e Caneças”

(Aprovada por unanimidade)

NORMAS DE PARTICIPAÇÃO

EVENTO BICHOS NO MULTIUSOS

Normas de participação, valores de inscrição, caução e ingressos, relativos ao evento “Bichos no Multiusos”, para comemoração do Dia Mundial do Animal, nos termos e de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/4853, de 2018.05.08 e normas de participação em anexo.

“Bichos no Multiusos
Normas de Participação

Artigo 1.º
Promotor, Evento e Local

1. O evento Bichos no Multiusos é promovido anualmente pela Câmara Municipal de Odivelas, através do Gabinete Veterinário Municipal, ora designado, no presente normativo como Organização

2. O evento Bichos no Multiusos realiza-se em dia a definir anualmente e de acordo com a disponibilidade de espaço, até ao último fim de semana de setembro, no Pavilhão Multiusos de Odivelas, sito na Alameda do Porto Pinheiro, n.º 668, Colinas do Cruzeiro, Odivelas e tem como objetivo principal fomentar a interação entre pessoas e animais, contribuindo para um maior conhecimento e respeito pela biodiversidade, assim como pela conservação e preservação da natureza. Para além disso, pretende divulgar produtos e serviços relacionados com animais para um maior desenvolvimento económico-social, com incidência no Concelho de Odivelas, mas não exclusivamente, e rege-se pelo seguinte normativo.

Artigo 2.º
Expositor

Designam-se por expositores todas as entidades a quem a Organização enderece convite por correio eletrónico ou qualquer entidade que manifeste interesse no evento manifestando a sua pretensão via correio eletrónico endereçado ao Gabinete Médico Veterinário.

Artigo 3.º
Stand

Os Expositores podem optar por participar com stand próprio ou cedido pela organização devendo a opção ser indicada à Organização, em documento próprio, até 30 (trinta) dias antes da realização do evento.



Artigo 4.º
Inscrição e Caução

1. A participação no evento Bichos no Multiusos pressupõe o pagamento de uma inscrição e de uma caução, a fixar por deliberação da Câmara Municipal de Odivelas.
2. Sem prejuízo do pagamento da caução, estão isentos do pagamento de inscrição os expositores que sejam parceiros do Gabinete Veterinário Municipal e as entidades de preservação da natureza e as associações sem fins lucrativos.
3. A caução será devolvida durante o mês seguinte ao da realização do evento para o IBAN indicado pelo Expositor;
4. O Expositor pode cancelar a sua inscrição no evento, devendo comunicar tal facto, em requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, sem que tal confira o direito à devolução do valor da inscrição;
5. Em caso de cancelamento até ao dia 30 de junho inclusive, a caução será devolvida ao Expositor, nos moldes referidos no número 3.
6. Sempre que o Expositor cancele a sua inscrição a partir da data referida na alínea anterior não há lugar a devolução de caução.
7. Qualquer cancelamento, após a data referida no número 5, cuja causa não seja imputável ao Expositor, será avaliado casuisticamente, devendo ser comunicado, em requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Odivelas;

Artigo 5.º
Deveres e Direitos da Organização

- a) A Organização define os requisitos de admissão e representação aplicáveis aos Expositores.
- b) A Organização comunica com os Expositores preferencialmente via correio eletrónico;
- c) A Organização remete aos Expositores, por via eletrónica, quaisquer documentos e informações referentes ao evento e estabelece os prazos para a receção de resposta, cujo não cumprimento, sem justificação considerada válida, pode importar o cancelamento da inscrição, sem lugar a devolução da caução;
- d) A Organização contrata o fornecimento de stands com as dimensões que considerar convenientes;
- e) No caso de Expositores com stand próprio, a Organização reserva-se o direito de ceder apenas o espaço correspondente aos stands referidos na alínea anterior;

f) Os stands cedidos pela Organização estão identificados com a designação que o Expositor indicar, afixada numa das paredes. No caso dos stands próprios, a sua designação estará indicada no chão e a localização e dimensões deverão ser criteriosamente respeitadas;

g) É à Organização que compete autorizar a circulação dos Expositores pela área do evento e áreas técnicas devidamente identificadas, atribuindo para o efeito dísticos de Expositor, válidos apenas para o horário do evento e durante o período de montagem e desmontagem. Os dísticos são atribuídos a todas as pessoas a prestar serviço no stand que obrigatoriamente os usam de forma visível enquanto se encontrarem no recinto;

h) A Organização envia aos Expositores informação sobre os horários de montagem e desmontagem dos stands;

i) A Organização pode ceder mesas e cadeiras, dentro das suas disponibilidades, a quem as tenha reservado. As mesas são obrigatoriamente cobertas com toalha lisa até ao chão, trazidas pelo expositor

j) A Organização pode, em qualquer altura, impedir ou mandar retirar dos stands produtos que julgue deficientes, perigosos, incómodos ou incompatíveis com a natureza do evento.

Artigo 6.º
Direitos e Deveres do Expositor

a) O Expositor deve confirmar a sua participação via correio eletrónico, prestando todas as informações solicitadas pela Organização e preenchendo os documentos que lhe sejam enviados por esta mesma via.

b) O Expositor pode cancelar a sua participação até ao dia 30 de junho.

c) Os Expositores são inteiramente responsáveis pela entrega de materiais e equipamentos nos seus stands bem como pela sua remoção.

d) A entrega antecipada de volumes e a sua posterior recolha deve ser comunicada e autorizada pela Organização;

e) Os Expositores com stand próprio têm que assegurar a ligação do seu stand à rede elétrica do Pavilhão Multiusos.

f) Os Expositores poderão solicitar a cedência do “porta-paletes”, afeto ao Pavilhão Multiusos, para transporte de materiais pesados, estando a sua utilização sujeita ao planeamento por parte da Organização;

g) A decoração dos stands, transporte de materiais/animais e arrumo dos produtos a expor estão a cargo do Expositor, ficando contudo sob a vigilância da Organização;



h) Os Expositores que tenham requisitado mesas e/ou cadeiras à Organização devem solicitar indicações no local para que as possam transportar para o stand devendo, no final do evento devolvê-las ao mesmo local;

i) Exceto com autorização prévia, não é permitido que a decoração dos stands:

a) Prejudique a visibilidade dos stands contíguos;

b) Seja prolongada para além dos limites da área do stand;

c) Utilize cartazes luminosos de luz intermitente, de flash ou animados de movimento que prejudiquem os outros stands;

d) Utilize quaisquer sistemas de amplificação sonora, ou ruídos incômodos, ou que por qualquer forma possam perturbar os animais dentro do recinto.

j) Os Expositores que necessitem de transportar animais para o interior do recinto, poderão fazê-lo no horário e pela porta definidos pela Organização;

k) É obrigatório que os stands estejam aptos a funcionar no momento da abertura ao público, bem como ao longo de todo o evento;

l) Não é permitida a venda ou oferta de comida ou bebida nos stands, exceto destinadas a animais;

m) Aos Expositores é permitida a venda de serviços e produtos para animais, podendo vir a ser excecionados alguns artigos específicos a pedido dos patrocinadores. Destas exceções será dado conhecimento aos expositores em documento próprio.

n) É permitida a venda de animais, caso se encontrem reunidas as condições previstas no Decreto-Lei 260/2012, de 12 de dezembro;

o) Os Expositores devem, após o encerramento do evento, entregar os stands no mesmo estado de conservação em que lhes foram cedidos, salvaguardando o uso normal destes. Caso tal não se verifique, a Organização procederá às reparações necessárias, cujo custo será imputado ao Expositor;

p) Os Expositores têm que abandonar o recinto até à hora indicada pela Organização.

Artigo 7.º Segurança

a) Não é permitido, sob qualquer forma, obstruir total ou parcialmente as saídas de emergência ou impedir a visibilidade e o acesso a extintores, torneiras de incêndio e pontos de água;

b) A Organização assegurará a vigilância permanente do recinto durante a montagem, desmontagem e período de funcionamento do evento;

c) Compete aos Expositores a vigilância dos seus próprios stands sendo da sua inteira responsabilidade a segurança dos materiais e produtos expostos;

Artigo 8.º Limpeza do Espaço

a) A limpeza das áreas de circulação do público é da responsabilidade da Organização;

b) A limpeza dos stands é da responsabilidade do Expositor.

c) Os Expositores que possuem animais são responsáveis pela limpeza dos dejetos ou outros resíduos relacionados com a sua permanência no local, quer seja na área do stand ou no espaço onde circulem;

d) O Expositor deve, após o encerramento do evento, deixar o stand nas mesmas condições de limpeza que lhe foi entregue.

Artigo 9.º Danos ou Prejuízos

1. Quaisquer danos ou prejuízos que possam advir aos Expositores, ao seu pessoal ou aos produtos expostos, seja qual for a sua natureza ou factos que lhes derem origem, são da exclusiva responsabilidade do Expositor, salvo os incluídos na apólice de seguros do Município de Odivelas.

2. Os Expositores são responsáveis pelos danos ou prejuízos que causem, direta ou indiretamente, no recinto, nos stands ou nos produtos de outros Expositores.

Artigo 10.º Publicidade

1. A Organização procederá à publicidade geral do evento, através dos meios de comunicação social apropriados;

2. A Organização reserva-se o direito de filmar, televisionar, fotografar ou reproduzir por qualquer meio imagens relativas ao evento Bichos no Multiusos.

3. A inscrição e a participação no Evento Bichos no Multiusos pressupõe a cedência, por parte dos Expositores, dos direitos de imagem para os efeitos previstos no número anterior.



Artigo 11.º
Casos Omissos

As dúvidas e os casos omissos que resultarem da aplicação do presente Regulamento são resolvidas por Despacho do (a) Presidente da Câmara Municipal de Odivelas.”

(Aprovada por unanimidade)

PROCESSOS PARTICULARES

**CONCESSÃO DE LICENÇA ESPECIAL DE OBRAS INACABADAS
RELATIVAS ÀS OBRAS DE URBANIZAÇÃO DO ALVARÁ 09/2005
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PÓVOA DE SANTO ADRIÃO E
OLIVAL BASTO - QUINTA DO BARRUNCHO**

Concessão de Licença Especial de Obras Inacabadas Relativas às Obras de Urbanização do Alvará 09/2005/DLO, na Quinta do Barruncho, Granja da Paradela em Odivelas, processo n.º 8.878/L/N, em nome de Compreconcil-Compra de Prédios e Construção Civil, S.A., pelo prazo de vinte e quatro meses, nos termos do n.º 1 do artigo 88º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro na sua atual redação, mantendo-se as condições constantes da anterior licença, nos termos da informação técnica n.º 40/OS/SAOU/2018, de 2018.04.26, e de acordo com o proposto na informação n.º 13/AVP/2018, de 2018.05.09.

(Aprovado por maioria)

**DELIMITAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO DO
CASAL DAS QUEIMADAS - TERMOS DE REFERÊNCIA E
INÍCIO DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA
PROCESSO N.º 123/DPUPE/SPDM**

Proposta de Delimitação da Unidade de Execução do Casal das Queimadas, Termos de Referência e abertura do Período de Discussão Pública, nos termos do n.º 2 do artigo n.º 147 e do n.º 4 do artigo n.º 148 do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, de acordo com o proposto na informação n.º 006/DPUPE/FL/2018, de 2018.04.27.

“1. Introdução

O presente Estudo enquadra e define a oportunidade de elaboração de uma Unidade de Execução (UE) Casal das Queimadas, de acordo e para os efeitos do previsto no n.º 2 do artigo n.º 147 do Decreto-Lei N.º 80/2015, de 14/maio, com a atual redação, o Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT). A UE proposta integra a área da UOPG 12 - Área Empresarial de Famões, do Plano Diretor Municipal de Odivelas

(PDMO), aprovado na Assembleia Municipal de Odivelas, na sessão de 29/junho/2015 e publicado em Diário da República N.º 171, 2.ª Série, de 02/setembro/2015.

2. Localização e características da Área de Intervenção

A área de intervenção da UE Casal das Queimadas está integrada na SubUOPG 12.02 da UOPG 12 - Área Empresarial de Famões, conforme estudo antecedente desenvolvido e respetivo esquema diretor.

Esta UE situa-se na União das Freguesias de Pontinha e Famões, na zona central do território de Famões, tendo uma área de aproximadamente de 1ha e apresenta as seguintes confrontações:

- A Norte, com o Bairro do Trigache;
- A Nascente, com uma extensa área de espaço expectante correspondente à SubUOPG 12.02;
- A Sul, com a Ribeira das Dálías e o bairro do Casal das Queimadas;
- A Poente, com a Ribeira das Dálías e o Pólo Empresarial Poente de Famões.

Ao nível das condicionantes, esta área está sujeita à Servidão Aeronáutica na faixa entre as cotas 220 e 245, no sentido sudoeste/nordeste e ao Domínio Público Hídrico - linhas de água;(…)” (*Unidade de Execução-Casal das Queimadas-Termos de Referência, março 2018, página 4*)

(Aprovado por maioria)

**DELIMITAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO DO
CASAL DOS SINAIS-TERMOS DE REFERÊNCIA E
INÍCIO DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA
PROCESSO N.º 122/DPUPE/SPDM**

Proposta de Delimitação da Unidade de Execução do Casal dos Sinais, Termos de Referência e abertura do Período de Discussão Pública, nos termos do n.º 2 do artigo n.º 147 e do n.º 4 do artigo n.º 148 do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, de acordo com o proposto na informação n.º 004/DPUPE/FL/2018, de 2018.04.23.

“1. Introdução

O presente estudo enquadra e define a oportunidade de elaboração de uma Unidade de Execução (UE) no Casal dos Sinais (Sinais ou Casal dos Sinais), de acordo e para os efeitos do previsto no n.º 2 do artigo n.º 147 do Decreto-Lei N.º 80/2015, de 14/maio, com a atual redação, o Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT). A Unidade de Execução proposta integra uma parte da área da UOPG 10 - Vila de Caneças, do Plano



Diretor Municipal de Odélas (PDMO), aprovado na Assembleia Municipal de Odélas, na sessão de 29/junho/2015 e publicado em Diário da República N.º 171, 2.ª Série, de 02/setembro/2015.

Para a UOPG10 onde se insere esta unidade de execução, existe Esquema Diretor de Urbanização aprovado na 16.ª Reunião da Câmara Municipal de Odélas de 24.08.2016 e 17.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 10.11.2016.

2. Localização e características da Área de Intervenção

A Área de Intervenção da Unidade de Execução da Casal dos Sinais corresponde a uma das subdivisões da UOPG 10 - Vila de Caneças.

Esta subdivisão vai ao encontro de uma gestão mais eficaz desta SubUOPG, com o objetivo de consolidação da malha urbana (em premissa com espaços de utilização coletiva suportados por uma vertente cultural), segundo as diretrizes traçadas no respetivo esquema diretor e normativas constantes no PDM.

A área de intervenção da Unidade de Execução da Casal dos Sinais situa-se na zona mais a poente da referida UOPG 10 e tem uma área aproximada de 1,69ha, apresentando as seguintes confrontações:

- A norte - Cemitério de Caneças (PIM n.º 37289) e o prédio n.º 129 Secção E;
- A nascente - Prédio n.º 52 Secção E (Casal dos Sinais e Anexos) e Zona Urbana consolidada (Ruas dos Sinais / Major Rosa Bastos);
- A sul - Zona Urbana consolidada (Rua Major Rosa Bastos - PIM n.º 43751);

A poente - Zona consolidada (Alvará de loteamento n.º 2/2009 - Azinhaga do Canhamato - AUGI) e Rua da Azinhaga do Canhamato.

Ao nível das condicionantes, o território da UE está abrangido por Servidão Aeronáutica, mais propriamente Áreas Críticas.

No que respeita à RAN e REN, a área não está abrangida por qualquer ecossistema. (...)

(Aprovado por maioria)

DELIMITAÇÃO DO PLANO PORMENOR DO INTERFACE DO SENHOR ROUBADO - TERMOS DE REFERÊNCIA RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA

Proposta de Delimitação do Plano Pormenor do Interface do Senhor Roubado, Respetivos Termos de Referência e o Relatório de Ponderação da Discussão Pública, na sequência da aprovação pela Câmara Municipal de Odélas na sua reunião 13.ª reunião ordinária de 13 de dezembro de 2017. Em conformidade com o disposto no artigo 76.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIT), cuja revisão foi aprovada pelo Decreto-Lei N.º 80/2015, de 14 de maio, decorreu entre 6 de março e 2 de abril de 2018 o período de discussão pública da proposta e dos respetivos Termos de Referência do Plano de Pormenor do Interface do Senhor Roubado, conforme publicação em Diário da República n.º 40, 2.ª Série, Aviso n.º 2680/2018 de 26 de fevereiro. Na ausência de contributos efetivos no decorrer do processo, na sequência da Discussão Pública, mantêm-se os pressupostos que integram a proposta apresentada na 13.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odélas (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 26 de 2017*, página 19), de acordo com o proposto na informação n.º 005/DPUPE/FL/2018, de 2018.05.10.

“1. Introdução

O presente Estudo enquadra e define a oportunidade de elaboração de um Plano de Pormenor (PP) para um conjunto de parcelas denominadas, para efeitos deste trabalho, como Interface do Senhor Roubado, de acordo e para os efeitos do previsto no n.º 2 do artigo n.º 147 do Decreto-Lei N.º 80/2015, de 14/maio, com a atual redação, o Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT). O PP proposto resulta da área da UOPG 03 - Nó Rodoviário Regional de Odélas, do Plano Diretor Municipal de Odélas (PDMO), aprovado na Assembleia Municipal de Odélas, na sessão de 29/junho/2015 e publicado em Diário da República N.º 171, 2.ª Série, de 02/setembro/2015.

2. LOCALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

A área de Intervenção do Plano de Pormenor do Interface do Senhor Roubado corresponde à totalidade da área da SubUOPG 04, delimitada no Esquema Diretor da UOPG 03 - Nó Rodoviário Regional de Odélas e conforme o seu estudo de desenvolvido para respetiva unidade de gestão.

O território da SubUOPG 04 localiza-se na área do Interface do Senhor Roubado e sua envolvente apresentando realidades diversas em termos de características físicas e de ocupação funcional do solo.

Por um lado o espaço a Sul corresponde à vertente com uma inclinação de cerca de 28% (da cota 25m à 100m)



onde predomina uma ocupação de coberto vegetal naturalizado.

No sopé desta vertente até à Rua do Sr. Roubado, para Este existe o Interface com o edifício da estação, circulação dos transportes públicos e estacionamento. Esta área tem classificação em PDM, como espaço Urbanizado Central de nível 1, para Oeste, em Área de Atividades Económicas a Requalificar, existe um conjunto de armazéns em estado de ruína.

A norte deste arruamento até à infraestrutura rodoviária do IC17 (CRIL), com uma topografia nivelada da várzea do Rio da Costa, área que vai sendo ocupada por uma pequena exploração agrícola sendo a restante área naturalizada. A maioria desta área e a que se encontra em espaço Central de nível 1, integram uma área intermodal de transporte das Áreas de Uso Especial Complementar. (...)

4. OBJETIVOS DO PLANO DE PORMENOR

Considerando as características do território da SubUOPG 04, a sua localização como foi referido tem uma grande dinâmica de circulação, com uma grande área ainda por consolidar, importa garantir que resulte num espaço com impacto positivo e qualificador deste território do Senhor Roubado.

A sua definição deverá ser desenvolvida ao nível de um plano de pormenor, cujos termos deverão respeitar os objetivos programáticos da SubUOPG, tais como:

- Dotar de equipamentos de apoio à população utente desta zona;
- Requalificação do espaço ocupado pelo edificado e existente e em ruína;
- Promover em soluções ajustadas à valorização da mobilidade e estacionamento de apoio ao Interface;
- Avaliação da possibilidade de atravessamento pedonal da CRIL de modo seguro e confortável através de uma passagem desnivelada;
- Melhoria na articulação com a sua envolvente através de uma qualificação do conjunto edificado e do espaço público;
- Avaliar a necessidade de elaboração de estudos de pormenor para minimização de riscos, com vista à salvaguarda de pessoas e bens;
- Valorização dos espaços naturalizados, de modo a promover a sua utilização pela população.
- Adoção de medidas de minimização do ruído provocado pela proximidade da CRIL.

Em síntese, a área objeto do PP será desenvolvida tomando como base as opções estratégicas da intervenção, as potencialidades de reconversão urbanística e os objetivos programáticos expressos nestes Termos de Referência. (...)” (*Termos de Referência-Plano de Pormenor do Interface do Senhor Roubado-Novembro 2017*, página 1 e 2.)

“(…) 4. CONCLUSÃO

Considerando o teor das comunicações dirigidas à Câmara Municipal durante o período de discussão pública, considera-se que as mesmas não configuram nenhum pedido de esclarecimento, sugestão/observação ou reclamação relativa à proposta de delimitação do Plano de Pormenor do Interface do Senhor Roubado.

Neste sentido e perante a ausência de contributos efetivos no decorrer deste processo, considera-se não se justificar qualquer tipo de alteração ou ajuste à presente proposta.

Mantêm-se, por conseguinte, os pressupostos que integram a proposta apresentada à Câmara Municipal na 3.ª Reunião Ordinária de 13 de dezembro de 2017, convertendo-se a proposta em discussão pública em Proposta Final.

Relativamente ao interesse demonstrado pelas empresas em questão, irá a Câmara Municipal promover as diligências necessárias nos termos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial. (...)” (*Plano de Pormenor Interface do Senhor Roubado – Relatório de Ponderação da Discussão Pública-Abril 2018*, página 6)

(Aprovado por unanimidade)

REGULAMENTO MUNICIPAL

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO (RMEU)

Proposta de Alteração do “Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização” (RMEU) e abertura da consulta pública, nos termos e para os efeitos do artigo 101º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 04/2015 de 7 de janeiro. A presente alteração tem como objetivos regulamentar as matérias que obrigatoriamente pelo Regime Jurídico da Edificação e Urbanização e aquelas cuja regulamentação se impõe com vista a contribuir para uma ocupação ordenada e qualificada do território municipal, em complemento e conjugação com as demais regulamentações municipais existentes. Com a entrada em vigor do Decreto Regulamentar n.º 9/2009 de 29 de maio a presente alteração pretende normalizar os conceitos



adaptando a sua redação à terminologia daquele diploma. A presente alteração pretende ainda sistematizar e consolidar um conjunto de procedimentos técnicos e administrativos relativos às operações urbanísticas a desenvolver pelos particulares, procurando uma melhor e mais célere prestação de serviços ao munícipe, de acordo com o proposto na informação n.º 11/APV/2018, de 2018.05.08.

(Aprovado por maioria)

MINUTA DE CONTRATO

PROPOSTA DE CONTRATO PARA PLANEAMENTO RELATIVO À ELABORAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR POMBAIS E FREIXINHO E PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA

Proposta de Contrato para Planeamento Relativo à Elaboração do Plano de Pormenor Pombais e Freixinho e Início do Período de Discussão Pública, conforme o n.º 3 do artigo 81.º do “Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial” (RJIGT). O contrato mencionado tem por objeto regular a relação entre as partes outorgantes com vista à elaboração do Plano de Pormenor Pombais e Freixinho, a qual obedecerá aos Termos de Referência, de acordo com o proposto na informação n.º 007/DPUPE/FL/2018, de 2018.05.07, e nos termos da Minuta de Contrato para planeamento anexa à informação.

«MINUTA de CONTRATO PARA PLANEAMENTO Plano de Pormenor Pombais e Freixinho

Contrato para planeamento entre:

MUNICÍPIO DE ODIVELAS, pessoa coletiva n.º 504293125, com sede em Paços do Concelho, Quinta da Memória, Odivelas, representado neste ato pelo Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, com poderes para o acto, adiante designada por “Primeiro Outorgante”;

e

SKYLINE - PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA, UNIPessoal, LD.ª, com número de Identificação Fiscal e de Pessoa Coletiva 507185676 e sede na Rua de Buenos Aires, n.º 39, Lisboa, representada neste ato pelo seu Gerente Hugo Duarte Vidal Mendes, com poderes para o acto, adiante designada “Segunda Outorgante”.

Considerando que:

1. O Primeiro Outorgante aprovou, na 3.ª Reunião de Câmara Ordinária, realizada em 13.dezembro.2017, a

delimitação do Plano de Pormenor Pombais e Freixinho (Anexo I do presente Contrato, que dele faz parte integrante) e respectivos Termos de Referência (Anexo II do presente Contrato, que dele faz parte integrante).

2. O Primeiro Outorgante, no exercício dos seus legítimos poderes de ordenamento do território e urbanismo, pretende intervir na área delimitada para a UOPG 11-02, através da elaboração de um Plano de Pormenor, no sentido de qualificar um espaço urbano que se apresenta atualmente como uma área expectante da maior relevância para permitir uma requalificação urbanística.

3. A área de intervenção do PP dos Pombais e Freixinho (doravante designada por Área de Intervenção) corresponde à Sub-UOPG 11-02 da UOPG 11 – Zona dos Pombais e Silvado, conforme estudo antecedente desenvolvido e respetivo esquema diretor.

4. A Área de Intervenção do Plano de Pormenor dos Pombais e Freixinho integra uma área aproximada de 2,10/ha e encontra-se devidamente identificada nas plantas que constituem os Termos de Referência, consagrados no Anexo II, abrangendo para além dos prédios urbanos, os seguintes prédios rústicos:

- a) 14L - Currais Velhos e Freixinhas – 2.000 metros - Freguesia de Odivelas;
- b) 16L - Freixinho e Franxas – 3.040 metros - Freguesia de Odivelas;
- c) 17L - Pombais – 5.200 metros - Freguesia de Odivelas.

5. Conforme consta do ponto 2 dos referidos Termos de Referência; “O território da Sub-UOPG 11-02 localiza-se junto ao eixo da Avenida D. Diniz e apresenta duas realidades diversas. Por um lado o espaço a norte daquele arruamento, que corresponde à área de solo urbanizado consolidado, que se relaciona diretamente com o núcleo antigo dos Pombais e, por outro lado, a zona a sul do mesmo, que corresponde ao solo urbanizável, para o qual deverão ser desenvolvidas operações de valorização paisagística da ribeira do Freixinho, de criação de uma nova frente urbana que beneficie este novo espaço da cidade, bem como a requalificação do troço da Avenida D. Diniz e da Rua Aires de Ornelas.” Assim, em cumprimento dos objectivos definidos, serão, no âmbito do Plano de Pormenor, definidas duas zonas distintas:

- a) Zona I – correspondendo ao solo urbanizado consolidado;
- b) Zona II – correspondendo ao solo urbanizável propriedade da Segunda Outorgante.

6. A Segunda Outorgante é a legítima proprietária das parcelas 16 e 17, secção L, correspondentes à totalidade da área a sul do Plano, a única área com a classificação e qualificação de categoria de Solo Urbano – Urbanizável –



Central – Nível 1 do PDMO, perfazendo sensivelmente metade da área total do Plano de Pormenor.

7. A Segunda Outorgante é uma sociedade comercial vocacionada para a promoção de actividades urbanísticas, tendo, no âmbito da sua atividade social, adquirido os referidos imóveis.

8. A Segunda Outorgante tem interesse em executar nos seus terrenos, atualmente em estado de abandono, uma operação urbanística, melhor especificada na Cláusula Sétima, pontos 2 e 3, do presente contrato, que corresponde às preocupações de reconversão e requalificação urbanística do Município, em harmonia com o disposto neste contrato e nos Termos de Referência que integram o seu Anexo II, e de que o Primeiro Outorgante declara expressamente ter conhecimento.

9. É reconhecida a urgência e importância de uma intervenção na área proposta para o plano que determine a implementação de medidas adequadas ao reordenamento urbano, bem como à revitalização social e económica.

10. Há convergência de interesse público e privado na concretização dos objetivos preconizados nos Termos de Referência da elaboração do futuro instrumento de gestão territorial.

11. Concretizando o princípio da contratualização ao abrigo do disposto nos termos do artigo 79.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14.mai, e em face do ante exposto, as partes consideram adequada a celebração de um Contrato de Planeamento, nos termos do princípio da concertação de interesses públicos e privados envolvidos na ocupação do território, e reconhecendo no domínio do ordenamento do território os princípios fundamentais a que se encontram sujeitos por força da irrenunciabilidade e indisponibilidade dos poderes públicos de planeamento da transparência e da publicidade tendo em conta os limites decorrentes das regras gerais relativas à contratação pública.

E, ainda, reconhecendo as Partes no presente Contrato o interesse e as vantagens mútuas na colaboração entre elas, de modo a permitir a concretização dos desideratos acima enunciados, as Partes acordam nos termos dos Considerandos anteriores e das Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA (Objeto do Contrato)

1. O presente contrato tem por objeto regular a relação entre as partes outorgantes com vista à elaboração do Plano de Pormenor Pombais e Freixinho, a qual obedecerá aos Termos de Referência que constituem o Anexo II, o qual faz parte integrante do presente contrato (e que venham a ser aprovados em definitivo por deliberação da Câmara Municipal de Odivelas).

2. A tramitação subjacente ao procedimento de elaboração e execução do Plano de Pormenor obedece ao disposto no Decreto Lei n.º 80/2015, de 14.mai, diploma que procedeu à revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

CLÁUSULA SEGUNDA (Âmbito territorial)

A área de intervenção do Plano de Pormenor Pombais e Freixinho (doravante designada por Área de Intervenção) integra uma área aproximada de 2,10ha e encontra-se devidamente identificada nas plantas que constituem os Termos de Referência, consagrados no Anexo II, abrangendo os seguintes prédios:

- a) 14L - Currais Velhos e Freixinhas – 2.000 metros - Freguesia de Odivelas;
- b) 16L - Freixinho e Franxas – 3.040 metros - Freguesia de Odivelas;
- c) 17L - Pombais – 5.200 metros - Freguesia de Odivelas.

CLÁUSULA TERCEIRA (Obrigações da Primeira Outorgante)

1. O Primeiro Outorgante compromete-se a:

- a) Promover a elaboração do Plano de Pormenor Pombais e Freixinho e executar, de forma célere, todas as diligências da sua responsabilidade no âmbito do procedimento atinente à aprovação do Plano;
- b) Tomar em consideração e avaliar todos os documentos apresentados pela Segunda Outorgante, procurando uma harmonização entre estes e as regras a consagrar no Plano de Pormenor Pombais e Freixinho;
- c) Envidar todos os esforços necessários para que o Plano de Pormenor Pombais e Freixinho integre a solução urbanística que a Segunda Outorgante apresenta nos termos da Cláusula Sétima do presente Contrato;
- d) Dar conhecimento à Segunda Outorgante de todos os pareceres, informações ou comunicações provenientes de quaisquer entidades que venham a ser emitidos no decurso do procedimento de elaboração e aprovação do Plano de Pormenor Pombais e Freixinho, bem como a responder no prazo de 10 (dez) dias a qualquer pedido de informação ou esclarecimento que lhe seja dirigido por aquela;
- e) Disponibilizar à Segunda Outorgante todos os elementos e estudos existentes para a zona e que tenham influência e relevância para a execução do Plano;
- f) Promover as diligências, adequadas no âmbito da Avaliação Ambiental, e proceder à consulta das entidades,



que em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas se tenham de pronunciar.

g) Promover as diligências com vista a propor a aprovação do Plano de Pormenor Pombais e Freixinho à Assembleia Municipal de Odivelas, dentro do prazo fixado nos Termos de Referência supramencionados, e promover em seguida, no prazo de 30 (trinta) dias, após aprovação, a sua publicação em Diário da República.

2. Para a garantia do disposto nos números anteriores, o Primeiro e Segunda Outorgantes comprometem-se a colaborar e concertar conjuntamente a elaboração de todas as peças escritas e desenhadas que contribuam para a concretização do futuro Plano de Pormenor Pombais e Freixinho.

3. Nos casos em que não exista norma expressa relativa ao prazo a cumprir num dos trâmites procedimentais de elaboração e aprovação do Plano de Pormenor Pombais e Freixinho, aplicar-se-á o prazo de 10 (dez) dias fixado no Código do Procedimento Administrativo.

CLÁUSULA QUARTA (Obrigações da Segunda Outorgante)

1. A Segunda Outorgante compromete-se a:

a) Observar os Termos de Referência aprovados para a elaboração do Plano Pormenor;

b) Elaborar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias úteis a contar da data da assinatura do presente contrato, o Plano de Pormenor, assim como todas as peças escritas e desenhadas que concretizem os estudos que o integram;

c) Desencadear todos os procedimentos da sua iniciativa ou responsabilidade de que dependa a concretização do presente Contrato;

d) Fornecer, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar de requerimento da Primeira Outorgante, todos os elementos relevantes, para que o Plano de Pormenor venha a ser concluído;

e) Fornecer o Primeiro Outorgante todos os elementos e estudos que venham a ser desenvolvidos para concretização do projeto pretendido e caracterizado na Cláusula Sétima do presente contrato, que melhor enquadramento as soluções a plasmar no Plano;

f) Transferir a propriedade de quaisquer peças escritas ou desenhadas que venham a ser entregues ao Primeiro Outorgante, sem reservas, para o Município de Odivelas, que delas pode livremente dispor, introduzindo, nomeadamente, as alterações que entenda convenientes e decorram do exercício dos poderes públicos de planeamento;

g) Exigir que as cláusulas do mesmo teor das previstas nas alíneas e) e f) sejam aceites por quaisquer subcontratados, na prestação de qualquer serviço cujo resultado tenha como objeto a incorporação da proposta da solução de planeamento e respetivos elementos de suporte;

h) Todas as peças escritas e desenhadas elaboradas pela Segunda Outorgante, nos termos da alínea e) do n.º 1 da presente Cláusula serão entregues em 2 exemplares impressos, bem como em suporte digital, devendo as peças escritas constar de formato Word e PDF e as peças desenhadas devidamente georreferenciadas em ETRS89 em formato AutoCad 2000 / ARCGIS / Shapefile (*.dwg).

CLÁUSULA QUINTA (Integração nos Instrumentos de Gestão Territorial)

A solução urbanística a desenvolver com o presente Plano de Pormenor dos Pombais e Freixinho não implica alterações na qualificação do solo constante do Plano Diretor Municipal de Odivelas em vigor, e também não determina uma redelimitação das servidões e restrições de utilidade pública vigentes.

CLÁUSULA SEXTA (Elaboração das Peças do Plano e demais Estudos)

É da responsabilidade do Primeiro Outorgante a elaboração da proposta de aprovação do Plano, a submeter a deliberação da Câmara Municipal, com base na proposta técnica do Plano apresentada pela Segunda Outorgante, de acordo com os Termos de Referência Aprovados, sem prejuízo do disposto na cláusula quarta, do presente contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA Solução Urbanística

Como referido anteriormente nos considerados, a área do Plano subdivide-se em duas zonas, sendo os objetivos orientadores para cada uma delas, para além dos referidos nos Termos de Referência, os seguintes:

1. A Zona 1, correspondente a solo urbanizado consolidado, tem como objetivo a reabilitação urbana e a definição de regras urbanísticas para a transformação do solo e do edificado existente;

2. A Zona 2, corresponde ao solo urbanizável propriedade da Segunda Outorgante, tem como objetivos a criação de uma frente urbana que requalifique a frente da Avenida D. Diniz, para onde a Segunda Outorgante pretende desenvolver um projeto imobiliário, observando estritamente o Regulamento do PDM e os Termos de Referência, com as seguintes características:

a) Uma unidade comercial, num só piso e com área e cêrcea adequada ao seu uso;



b) Uma unidade comercial de restauração, em dois pisos e com área e cerca adequada ao seu uso;

c) Uma unidade de habitação coletiva, de oito pisos, com comércio ao nível do rés-do-chão;

3. Do ponto de vista urbanístico, haverá uma integração na malha urbana envolvente com remate da frente urbana da Avenida D. Diniz, alvo também de requalificação. A área adjacente à Ribeira do Freixinho será requalificada e naturalizada, com a implantação de um percurso ciclável, devendo a Avenida D. Diniz ser dotada de passeios com um dimensão propícia à colocação de esplanadas, estacionamento e arborização, conforme proposta no Anexo III,

CLÁUSULA OITAVA

Transmissão dos direitos de propriedade da Segunda Outorgante

A Segunda Outorgante obriga-se a comunicar ao Primeiro Outorgante a transmissão dos direitos de propriedade, independentemente da forma porque deva ocorrer a transmissão, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA NONA

(Exercício de Poderes Públicos)

1. O presente Contrato não afeta o reconhecimento de que a função de planeamento é pública e compete, nos termos da lei, o Primeiro Outorgante, única entidade com competência para a concreta determinação do conteúdo material do Plano Pormenor dos Pombais e Freixinho, sem prejuízo da consideração e ponderação dos interesses e legítimas expectativas da Segunda Outorgante plasmadas no presente Contrato.

2. Em circunstância alguma o conteúdo do presente Contrato impede ou condiciona o cumprimento da lei, designadamente no que respeita ao procedimento de elaboração e de aprovação do Plano de Pormenor Pombais e Freixinho, à participação de todos os interessados e ao exercício de competências legais por parte de outras entidades.

CLÁUSULA DÉCIMA

(Condição)

O disposto no presente Contrato não substitui o Plano de Pormenor Pombais e Freixinho, apenas adquirindo eficácia na medida em que vier a ser nele incorporado, tendo para o efeito, que ser definitivamente aprovado pela Assembleia Municipal de Odivelas e publicado nos termos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

(Notificações e Comunicações)

Todas as notificações ou outras comunicações, a efetuar no âmbito do presente Contrato, deverão ser efetuadas por escrito, para os seguintes endereços:

Primeiro Outorgante: Câmara Municipal de Odivelas / Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, Avenida Amália Rodrigues, N.º 20-A, Urbanização da Ribeirada, 2675-624 Odivelas

Segunda Outorgante: Rua de Buenos Aires, n.º 39, Lisboa Salvo, se entretanto, o destinatário tiver indicado ao remetente, por escrito, uma endereço diverso para esse fim.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

(Alterações e Aditamentos)

Todos os aditamentos e alterações ao presente Contrato só serão válidos se realizados por escrito, datados e assinados pelas Partes, com expressa indicação da cláusula ou cláusulas aditadas, alteradas ou suprimidas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

(Boa-Fé)

As Partes, na qualidade em que intervêm, de boa-fé aceitam o presente Contrato, nos seus precisos termos, comprometendo-se a cumprir as suas cláusulas bem como a cooperar entre si, tendo em vista o cumprimento célere e pacífico das obrigações assumidas, nomeadamente através do exercício do dever de informação mútua.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

(Resolução Unilateral do Contrato)

1. Em caso de incumprimento por causa imputável a uma das Partes, pode a outra, a qualquer momento, fazer cessar o presente contrato.

2. Cessam, ainda, as obrigações constantes do presente contrato, se o quadro legal em vigor for alterado com repercussões nas obrigações a que as Partes se vincularam.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

(Resolução de Conflitos)

1. Para a resolução de qualquer desacordo ou conflito respeitante à interpretação ou execução do presente Contrato, as Partes procurarão obter um acordo justo e adequado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data em que qualquer uma das Partes envie à outra uma notificação para esse efeito.

2. Na ausência do acordo referido no número anterior, a parte interessada notificará a outra da sua intenção de submeter a matéria da divergência a Tribunal Arbitral, que será constituído e funcionará nos termos do disposto nos



artigos 180.º e seguintes do Código de Processo nos Tribunais Administrativos e Fiscais.

3. Se as Partes não chegarem a acordo para a nomeação de um árbitro único, no prazo de 10 (dez) dias contados da notificação referida no número anterior, o Tribunal Arbitral será constituído por 3 (três) árbitros, nomeando cada uma das Partes um deles e sendo o terceiro designado por acordo entre os dois primeiros ou, na falta desse acordo ou de nomeação do terceiro árbitro, será esse terceiro árbitro nomeado pelo Presidente do Tribunal Central Administrativo de Lisboa.

4. Os árbitros definirão, após a constituição do Tribunal, as regras de funcionamento e processuais da arbitragem, devendo a decisão ser emitida no prazo máximo de 6 (seis) meses após a constituição do Tribunal, salvo motivo ponderável e fundamentado.

5. O objeto do litígio será definido pelo Tribunal Arbitral perante o pedido constante da petição inicial e a posição assumida pela parte contrária na sua contestação ou face a acordo das Partes nesse sentido.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA
(Vigência do Contrato)

O presente contrato entra em vigor na data da sua assinatura e mantém-se em vigor até à publicação do Plano de Pormenor, nos termos do artigo 191.º, n.º 4, alínea f) do Decreto-Lei n.º 80/2015, diploma que aprova a Revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

Feito em [•], aos [•] dias do mês de [•] de 2018, em [•] exemplares com valor de original, ficando cada um das Partes com um exemplar.

ANEXOS

Anexo I – Deliberação da Câmara Municipal de Odivelas com a aprovação, na 3.ª Reunião Ordinária, realizada em 13.dezembro.2017, da delimitação do Plano de Pormenor Pombais e Freixinho.

Anexo II - Termos de Referência aprovados.

Anexo III - Proposta.

O PRIMEIRO OUTORGANTE,
O Presidente da Câmara Municipal de Odivelas

(Hugo Manuel dos Santos Martins)

A SEGUNDA OUTORGANTE,
O Gerente da SKYLINE - PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA
UNIPessoal LD.ª

(Hugo Duarte Vidal Mendes)»

(Aprovado por maioria)

UNIDADES ORGÂNICAS

DESPACHOS

PRESIDÊNCIA

DESPACHO N.º 24/PRES/2018

Assunto: Designação de Paula Alexandra da Silva Ganchinho como Encarregado de Proteção de Dados da Câmara Municipal de Odivelas

Considerando que o Novo Regulamento Geral de Proteção de Dados (adiante designado como RGPD), adotado pelo Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, estabelece que todas as pessoas singulares têm direito à proteção dos dados de caráter pessoal que lhe digam respeito, devendo o tratamento dos dados pessoais ser ponderado de acordo com outros direitos fundamentais, em conformidade com o princípio da proporcionalidade, o mesmo exige por parte das entidades públicas a adoção de medidas técnicas e organizativas adequadas.

A alínea a) do n.º 1 do artigo 37.º do RGPD prevê que a entidade responsável pelo tratamento de dados pessoais, designe um encarregado de proteção de dados, sempre que o tratamento seja efetuado por uma autoridade ou um organismo público.

Estabelece o RGPD no artigo 99.º que o mesmo é aplicável a partir do dia 25 de maio de 2018.

Neste sentido, atento o disposto no n.º 1 conjugado com o n.º 5 ambos do artigo 37.º do RGPD designo como Encarregado da Proteção de Dados da Câmara Municipal de Odivelas, a Dra. Paula Alexandra da Silva Ganchinho, técnico superior do mapa de pessoal, com base nas suas qualidades profissionais, conhecimentos e capacidades necessárias ao desempenho das inerentes funções.

O presente despacho produz efeitos a partir da presente data.

Odivelas, 25 de maio de 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)



VEREAÇÃO

DESPACHO N.º 20/VEV/2018

Assunto: SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ADJUNTO DO GABINETE DE APOIO AO VEREADOR EDGAR VALLES, RICARDO JOEL SOARES OLIVEIRA

Atento o Princípio da Desconcentração Administrativa, consagrado no n.º 2 do artigo 267.º da Constituição da República Portuguesa e com vista a uma administração mais célere, económica e eficaz, nos termos do n.º 6 do artigo 42.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e atentos os artigos 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo, pelo presente Despacho, **subdelego, no Adjunto, Ricardo Joel Soares Oliveira**, o exercício, durante as minhas ausências, em razão de representação do Município fora do país, no período de 17 a 25 de junho, e, em razão de férias, nos períodos de 11 a 15 de junho e 23 de julho a 10 de agosto de 2018, das competências abaixo indicadas que me foram delegadas e subdelegadas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, nos termos do Despacho n.º 06/PRES/2018, de 12 de janeiro, nos seguintes termos e limites:

1. A prática dos atos de gestão ordinária inerentes ao exercício da competência prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de execução das deliberações da Câmara Municipal e de coordenação da atividade dos serviços sob a minha superintendência.

Odivelas, 09 de maio de 2018.

Por Delegação e Subdelegação de Competências do
Sr. Presidente da CMO, através do Despacho
n.º 06/PRES/2018, de 12 de janeiro

O Vereador

Edgar S. Valles

OUTROS DESPACHOS

DESPACHO N.º 5/DGOU/2018

Assunto: Delegação de assinatura de correspondência e expediente no âmbito da Divisão de Planeamento Urbanístico e Projetos Estruturantes

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, diploma que procede à adaptação à Administração Local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, **delego** no Técnico Superior, Arq.º **David Álvares Monteiro Gil**, no período de 28 de maio a 1 de junho de 2018, por ausência (férias) da respetiva Chefe de Divisão, a assinatura da correspondência e expediente necessários à instrução dos processos no âmbito da **Divisão de Planeamento Urbanístico e Projetos Estruturantes**.

Odivelas, 22 de maio de 2018

O Diretor do Departamento de
Gestão e Ordenamento Urbanístico
No uso da competência que me foi subdelegada pelo
Sr. Vereador Paulo César Prata Teixeira, através do
Despacho 2/VPCT/2017, de 31 de outubro

António de Sousa, Arq.º



AVISOS

AVISO

Alvará de Loteamento n.º 4/2011 – B.º dos Quatro - Pontinha/Famões

2.º ADITAMENTO

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto nos artigos 27.º e 78.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual, fundamentando-se na deliberação tomada em sede da 5.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas datada de 7 de março de 2018, onde foi deliberada por unanimidade a aprovação da alteração ao alvará de loteamento n.º 4/2011, referente aos lotes 482 e 483 descritos na Conservatória do Registo Predial de Odivelas sob os números 4386/20120326 e 4387/20140326 respetivamente, determina que se emita o presente aditamento ao Alvará de Licença de Loteamento identificado em epígrafe em nome de Ana Paula Vieira Marques Meira portadora do número de contribuinte 215447395 e João Pedro Gomes de Lemos.

As alterações às especificações do mencionado alvará constam da Planta de Síntese em anexo.

1. Parâmetros urbanísticos alterados

1.1. Parâmetros Urbanísticos dos Lotes:

Nº Lote	Área do Lote (m²)	Área Implant. (m²)	Área Habita. (m²)	Área Constr. (m²)	Nº de Fogos	Área do Lote (m²)	Área Implant. (m²)	Área Habita. (m²)	Área Constr. (m²)	Nº de Fogos
Parâmetros Prévios						Parâmetros Alterados				
482	232,00	114,00	228,00	228,00	1	508,00	227,00	454,00	454,00	1
483	276,00	113,00	226,00	226,00	1	---	---	---	---	---
Diferença										-1

Os valores alterados foram representados a negrito.

1.2. Parâmetros Urbanísticos Totais do Loteamento:

Parâmetros do Loteamento	Alteração ao Alvará de Loteamento
Número total de lotes	395
Número total de fogos	454
Número de fogos em habitação unifamiliar	353

2. Cedências ao Domínio Público e Estacionamento

Não se verifica a necessidade de cedência de área para equipamentos ou espaços verdes de utilização pública. Tratando-se de um lote vago a edificar deverão ser garantidos 3 lugares privados dentro dos limites do lote.

Todas as restantes especificações constantes no aludido alvará de loteamento não sofrem qualquer alteração.

Paços do Concelho, 28 de abril de 2018

O Presidente da Câmara Municipal

(Hugo Martins)



DECISÕES COM EFICÁCIA EXTERNA

GESTÃO E ORDENAMENTO URBANÍSTICO

Listagem dos despachos efetuados pelo Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Hugo Martins, em processos de operações urbanísticas, durante o mês de abril de 2018, nos termos da informação n.º Interno/2018/5072, de 2018.05.11:

Processo n.º 4711/Ant

Nome: José Nunes, Manuel Catarino e Ramidio António

Assunto: Vistoria para constituição de Propriedade Horizontal

Local: Rua São Tomé e Príncipe n.º 28 – Olival Basto

Data de despacho: 04.04.2018

Teor do Despacho: Concordo/Homologo o Auto de Vistoria

Processo n.º 9786/Ant

Nome: Muhammad Ali Hamid

Assunto: Indeferimento do pedido de certificação das condições para constituição de PH

Local: Rua Dr. Fernando Cunha, n.º 2 – Odivelas

Data de despacho: 17.04.2018

Teor do Despacho: Concordo/Indefiro o pedido

Processo n.º 12442/D/OVP

Nome: PT Comunicações SA

Assunto: Obras na Via Pública – Obras Coercivas

Local: Rua Aline Guimarães SA – UF de Pontinha e Famões

Data de despacho: 14.04.2018

Teor do Despacho: Concordo/Determino a execução coerciva

Listagem dos despachos efetuados pelo Vereador da Câmara Municipal de Odivelas, Paulo César Teixeira, no uso da competência delegada/subdelegada pelo Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, através do despacho n.º 42/PRES/2017, de 30 de outubro, durante o mês de abril de 2018, nos termos da informação n.º Interno/2018/5067, de 2018.05.11:

Processo n.º 452/2017/OP

Nome: Associação – Casa de Repouso da Enfermagem

Portuguesa

Assunto: Pedido de devolução e isenção do pagamento de taxas

Local: Rua Major Rosa Bastos, n.º 23, Caneças

Data de despacho: 02.04.2018

Teor do Despacho: Concordo. Defiro o pedido de isenção da taxa

Processo n.º 191/2017/OP/GI

Nome: Maria Manuela Simões Sousa Bouchinha

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua Joaquim Paço D'Arcos, lote 253, Bairro Trigache

Norte, Famões

Data de despacho: 03.04.2018

Teor do Despacho: Concordo. Deferida a licença administrativa

Processo n.º 9/2018/OP

Nome: Odivel-Lar – Soc. Construções Lda

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terreno e Outras OU

Local: Loteamento Arroja, lote H6, Famões

Data de despacho: 03.04.2018

Teor do Despacho: Concordo. Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 475/2017/OP

Nome: Odiver-Lar – Soc. Construções Lda

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terreno e Outras OU

Local: Loteamento Arroja, lote H1, Famões

Data de despacho: 03.04.2018

Teor do Despacho: Concordo. Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 500/2016/OP/GI

Nome: Carlos Monteiro dos Santos

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua do Chafariz, lote 43, Bairro Casal da Silveira, Famões

Data de despacho: 03.04.2018

Teor do Despacho: Concordo. Deferida a licença administrativa

Processo n.º 122/2017/OP/GI

Nome: Armindo José Pereira

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua 25 de Abril, lote 362, Bairro Vale Pequeno

Data de despacho: 03.04.2018

Teor do Despacho: Concordo. Deferida a licença administrativa

Processo n.º 484/2017/OP/GI

Nome: Maria Emília da Silva Baão da Encarnação

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terreno e Outras OU

Local: Rua General Farinha Beirão, lote 129, Bairro Casal Bispo

Data de despacho: 03.04.2018

Teor do Despacho: Concordo. Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 123/2017/OP/GI

Nome: Maria do Sameiro Neto Ferreira Caçador

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua Cidade Alcácer do Sal, lote 423, Bairro Vale Grande, Pontinha

Data de despacho: 03.04.2018

Teor do Despacho: Concordo. Deferida a licença administrativa

Processo n.º 35/2017/OP

Nome: Maria Guilhermina Meireles de Almeida Lopes

Fernandes

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua B dos CTT, lote 2A40, Bairro CTT, Caneças

Data de despacho: 03.04.2018

Teor do Despacho: Concordo. Deferida a licença administrativa

Processo n.º 137/2016/OP/GI

Nome: Maria Ester Pereira Pinto Raposo

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Avenida S. Sebastião, n.º 32, lote 116, Bairro Casal do Rato, Pontinha

Data de despacho: 03.04.2018

Teor do Despacho: Concordo. Deferida a licença administrativa



Processo n.º 178/2016/OP/GI
Nome: STX – Soluções Técnicas Construção Civil e Restauro Lda
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua C, lote 41, Urbanização Qualihab, Flor do Minho, Caneças
Data de despacho: 03.04.2018
Teor do Despacho: Concordo. Deferida a licença administrativa

Processo n.º 207/2017/OP
Nome: Álvaro do Nascimento Braz
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Quinta do Segulim, lote AE 18
Data de despacho: 03.04.2018
Teor do Despacho: Concordo. Deferida a licença administrativa

Processo n.º 467/2017/OP/GI
Nome: Ivo Daniel Antunes Miranda
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua do Alto, lote 224, Bairro Casal do Bispo, Famões
Data de despacho: 03.04.2018
Teor do Despacho: Concordo. Deferida a licença administrativa

Processo n.º 24/2018/OP
Nome: Compreconcil-Compra de Prédios e Construção Civil, SA
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terreno e Outras OU
Local: Quinta do Barruncho, lote 10, Póvoa Santo Adrião
Data de despacho: 09.04.2018
Teor do Despacho: Concordo. Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 445/2017/OP
Nome: Compreconcil-Compra de Prédios e Construção Civil, SA
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terreno e Outras OU
Local: Granja da Paradelas, lote 12, Póvoa de Santo Adrião
Data de despacho: 09.04.2018
Teor do Despacho: Concordo. Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 289/2017/OP/GI
Nome: Jorge Isidro Pereira Gonçalves
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terreno e Outras OU
Local: Rua Columbano Bordalo Pinheiro, lote 169, Ramada
Data de despacho: 09.04.2018
Teor do Despacho: Concordo. Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 131/2017/OP/GI
Nome: Celso Manuel Silva Cunha
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua do Norte, lote 321, Bairro Casal da Silveira, Famões
Data de despacho: 09.04.2018
Teor do Despacho: Concordo. Deferida a licença administrativa

Processo n.º 21/2018/OP
Nome: Honlon Chen
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terreno e Outras OU
Local: Praceta Courela do Forno, Lote 17 2º B 3º B, Ramada
Data de despacho: 09.04.2018

Teor do Despacho: Concordo. Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 372/2016/OP
Nome: Luis Miguel dos Santos Cardoso
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua da Fonte Santa, nº 13, Lugar d'Além, Caneças
Data de despacho: 09.04.2018
Teor do Despacho: Concordo. Deferida a licença administrativa

Processo n.º 480/2017/OP/GI
Nome: Eduardo Sérgio Abreu dos Reis Moraes
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua das Granjas, lote 33, Granjas Novas, Ramada
Data de despacho: 09.04.2018
Teor do Despacho: Concordo. Deferida a licença administrativa

Processo n.º 418/2017/OP/GI
Nome: Marco André Guerra Pereira
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terreno e Outras OU
Local: Rua dos Chãos Compridos, lote 15, Bairro Sol Nascente, Ramada
Data de despacho: 09.04.2018
Teor do Despacho: Concordo. Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 177/2017/OP
Nome: AMBIMOBILIARIA, SA
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Avenida Ary dos Santos/ Avenida Marechal Gomes da Costa, Famões
Data de despacho: 09.04.2018
Teor do Despacho: Concordo. Deferida a licença administrativa

Processo n.º 321/2017/OP/GI
Nome: Diana Filipa Rei de Sousa
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua Henrique Galvão, lote 491, Bairro Saramagal, Famões
Data de despacho: 12.04.2018
Teor do Despacho: Concordo. Deferida a licença administrativa

Processo n.º 287/2017/OP
Nome: José Carlos Pinheiro da Fonseca
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terreno e Outras OU
Local: Rua Maria Gomes da Silva Santos, 8, Odivelas
Data de despacho: 12.04.2018
Teor do Despacho: Concordo. Indeferida a licença administrativa

Processo n.º 505/2017/OP/GI
Nome: Maria Helena Coelho de Sousa Franco
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terreno e Outras OU
Local: Rua Alfeu Gaspar do Amaral, lote 123, Bairro Trigache Norte, Famões
Data de despacho: 16.04.2018
Teor do Despacho: Concordo. Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 527/2017/OP/GI
Nome: Tiago Jorge Anjo Antunes
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terreno e Outras OU
Local: Rua de S. Domingos, lote 59, Bairro Trigache Sul, Famões



Data de despacho: 16.04.2018
Teor do Despacho: Concordo. Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 511/2017/OP/GI
Nome: Rosa Maria Lourenço Carrasqueira
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terreno e Outras OU
Local: Rua dos Lusitanos, lote 14, BAIRRO Quinta do Castelo Nascente
Data de despacho: 16.04.2018
Teor do Despacho: Concordo. Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 14/2018/OP/GI
Nome: Pedro Miguel dos Santos Silva
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terreno e Outras OU
Local: Rua de Santo Antão, lote 379, Bairro Casal Novo, Caneças
Data de despacho: 16.04.2018
Teor do Despacho: Concordo. Aprovado o projeto de arquitetura

197.
Processo n.º 441/2017/OP/GI
Nome: Nelson Ferreira
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terreno e Outras OU
Local: Rua da Estremadura, lote 93, Bairro das Fontainhas, Famões
Data de despacho: 17.04.2018
Teor do Despacho: Concordo. Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 48/2018/OP/GI
Nome: Paulo Jorge da Cruz Gonçalves
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terreno e Outras OU
Local: Rua Camacho Costa, lote 675, Bairro dos Quatro, S. Sebastião, Famões
Data de despacho: 17.04.2018
Teor do Despacho: Concordo. Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 530/2017/OP/GI
Nome: Momentos Grisalhos, Lda
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terreno e Outras OU
Local: Rua dos Bons Amigos, lote 648, Bairro Casal Novo, Caneças
Data de despacho: 18.04.2018
Teor do Despacho: Concordo. Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 531/2017/OP/GI
Nome: Margarida do Rego Fernandes
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terreno e Outras OU
Local: Rua da Quinta da Silveira, lote 499, Casal da Silveira, Famões
Data de despacho: 18.04.2018
Teor do Despacho: Concordo. Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 463/2017/OP
Nome: Duplavit Construções, Lda
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Quinta das Flores, lote 2, Famões
Data de despacho: 18.04.2018
Teor do Despacho: Concordo. Deferida a licença administrativa

Processo n.º 265/2017/OP/GI
Nome: Tiago Miguel Rodrigues Pereira
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terreno e Outras OU
Local: Rua Soalheira, lote 48, Bairro Tomada da Amoreira, Ramada
Data de despacho: 18.04.2018
Teor do Despacho: Concordo. Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 512/2017/OP/GI
Nome: Carlos Maia Parreira Fernandes
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Bairro Trigache Norte, lote 40 – Famões
Data de despacho: 24.04.2018
Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 455/2017/OP/GI
Nome: Maria João Delgado Catarino
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua do Sítio da Várzea, lote 5 – B. Sítio da Várzea – Ramada
Data de despacho: 24.04.2018
Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 280/2017/OP/GI
Nome: José dos Santos Fernandes da Encarnação
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Faustino Freitas, lote 15 – B.º das Comendadeiras – Famões
Data de despacho: 24.04.2018
Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 216/2017/OP/GI
Nome: Tiago Rebelo Lopes de Carvalho
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua Cidade de Amarante – Lote 248 – Bairro Casal S. Sebastião - Famões
Data de despacho: 24.04.2018
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 154/2017/OP/GI
Nome: Ion turcanu
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua Cidade de Vila Nova de Gaia, lote 392 – B.º São Sebastião – Famões
Data de despacho: 24.04.2018
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 276/2017/OP
Nome: Berço de Memórias, Lda
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU



Local: Rua Coronel João Brás de Oliveira - Caneças
Data de despacho: 26.04.2018
Teor do Despacho: Concorde/Indeferida a Licença Administrativa

Processo n.º 308/2017/OP/GI
Nome: Armando Virgílio Pereira da Silva
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua das Camélias, lote 36 – B da Barroca – Famões
Data de despacho: 26.04.2018
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 439/2017/OP/GI
Nome: José Mendes Cardiga
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Flor do Minho, lote 1 – Bairro Flor do Minho – Caneças
Data de despacho: 26.04.2018
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 533/2017/OP/GI
Nome: Cesar Filipe Magalhães Mendes
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua Santa Rita Pintor – Lote 528 – Bairro dos Quatro – Famões
Data de despacho: 26.04.2018
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença Administrativa

Listagem dos despachos emitidos pelo Diretor do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, referente a Autorizações de Utilização, Comunicações Prévias e Rejeições Liminares, no uso da competência subdelegada pelo Vereador Paulo César Teixeira, através do despacho n.º 2/VPCT/2017, de 31 de outubro, durante o mês de abril de 2018, nos termos da informação n.º Interno/2018/5064, de 2018.05.11:

Processo n.º @169/2016
Nome: Habizezere – Construção Civil, Lda.
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Amélia Rey Colaço – Lote 786 – Famões
Data de despacho: 05.04.2018
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a Autorização de Utilização

Processo n.º 65/2016/OP/GI
Nome: José Serralha Oliveira
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua 19 de junho, lote 72 – B. Sol Nascente – Famões
Data de despacho: 09.04.2018
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a Autorização de Utilização

Processo n.º @350/2015
Nome: José Serralha Oliveira
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Augusto Amaral – Lote 138 – B. Sol Nascente - Famões
Data de despacho: 13.04.2018
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 489/2016/OP/GI
Nome: Mário Rodrigues Grãos
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua D. Dinis, lote 286, B. Pedernais – Ramada
Data de despacho: 13.04.2018
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 493/2016/OP/GI
Nome: Instrialadrilho Construções e Empreitadas Lda.
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Travessa José Aguas – lote 663 – Bº São Sebastião Norte – Bairro Quatro – Famões
Data de despacho: 13.4.2018
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 497/2015/OP/GI
Nome: Isidro Lourenço de Oliveira
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Sol Nascente, lote 26 – Famões
Data de despacho: 13.04.2018
Teor do Despacho: Concorde/Indeferida a autorização de Utilização

Processo n.º @-145/2015
Nome: Maria de Fátima Rodrigues Dutra
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Manuel Simões Castelo, nº 1, Ramada
Data de despacho: 16.04.2018
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º @-120/2017
Nome: CIRCLEXCLUSIVE, LDA
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua do Olival, lote 94, Bairro Casal das Queimadas 1ª Quinta das Dálías, Famões
Data de despacho: 16.04.2018
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 191/2015/OP/GI
Nome: Leonel Candeias Robalo
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua do Poço, lote 853, Bairro Casal da Silveira, Famões
Data de despacho: 19.04.2018
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 452/2015/OP/GI
Nome: Luís Pereira
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Maria da Fonte, lote 168, Pontinha
Data de despacho: 16.04.2018
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 459/2016/OP/GI
Nome: Luís António Lopes
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua São Gabriel, lote 56, Bairro Trigache Sul, Famões
Data de despacho: 16.04.2018
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização



Processo n.º @-299/2015

Nome: Fernando Loureiro Pereira

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua do Ribeiro, lote 133, Bairro Casal do Rato, Pontinha

Data de despacho: 17.04.2018

Teor do Despacho: Concorde. Notifique-se

Processo n.º 79/2018/OP/GI

Nome: Tânia José Coelho Correia

Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos

Local: Rua Camacho Costa, lote 695, Bairro São Sebastião, Famões

Data de despacho: 17.04.2018

Teor do Despacho: Concorde. Notifique-se o requerente

Processo n.º 20/2015/OP/GI

Nome: Sérgio Alexandre Gomes Pio

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua Viana da Mota, Lote 174, Bairro Encosta do Mourigo, Famões

Data de despacho: 20.04.2018

Teor do Despacho: Concorde. Notifique-se

Processo n.º 146/2016/OP/GI

Nome: António Rodrigues Construções Unipessoal, Lda.

Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos

Local: Rua Cidade de Amarante, lote 466 – B. São Sebastião – Famões

Data de despacho: 24.04.2018

Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º @358/2015

Nome: Rogério Rodrigues Garcia

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua Bernardino Machado, Lote 12 – Bairro do Girassol – Ramada

Data de despacho: 24.04.2018

Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 163/2017/OP/GI

Nome: Pedro Miguel Esteves Fernandes

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua do Oeste n.º 7 – 7A -7B-7C Casal do Rato – Pontinha

Data de despacho: 24.04.2018

Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 119/2016/OP/GI

Nome: Ricardo Alexandre Silva Antunes

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua do Gaiato – Lote 958 – Bairro Casal da Silveira – Famões

Data de despacho: 24.04.2018

Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Listagem dos Comprovativos de Admissão de Comunicação Prévia, emitidos pelo Diretor do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, no uso da competência subdelegada pelo Vereador Paulo César Teixeira, através do despacho n.º 2/VPCT/2017, de 31 de outubro, durante o mês de abril de 2018, nos termos da informação n.º Interno/2018/5037, de 2018.05.10:

Processo n.º 231/2017/OP/GI

Nome: Alberto Nunes António

Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia

Local: Rua Cidade de Elvas, lote 270, Bairro Vale Grande

Data de emissão: 05.04.2018

Comprovativo n.º 030/2018

Processo n.º 68/2018/OP/GI

Nome: Construções Araújo & Machado, Lda

Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia

Local: Rua Domingos Sequeira, lote 35, Bairro Casal dos Apréstimos

Data de emissão: 11.04.2018

Comprovativo n.º 031/2018

Processo n.º 230/2017/OP/GI

Nome: Emília da Silva

Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia

Local: Rua São José, lote 120, Bairro Vale Grande

Data de emissão: 11.04.2018

Comprovativo n.º 032/2018

Processo n.º 314/2017/OP

Nome: Aurora Lopes Soares Mendes

Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia

Local: Rua Dom Afonso Henriques, n.º 79, Povoação Santo Adrião

Data de emissão: 17.04.2018

Comprovativo n.º 033/2018

Processo n.º @ 85/2017 – 14036/CP/OP/GI

Nome: Zélia Maria Coelho Silva

Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia

Local: Rua Pedro Nunes, lote 330, Bairro do Girassol

Data de emissão: 17.04.2018

Comprovativo n.º 034/2018

Processo n.º 408/2017/OP/GI

Nome: José Gaspar

Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia

Local: Rua São Domingos, lote 173, Bairro Vale Grande

Data de emissão: 23.04.2018

Comprovativo n.º 035/2018

Processo n.º 79/2018/OP/GI

Nome: Tânia José Coelho Correia

Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia

Local: Rua Camacho Costa, lote 695, Bairro São Sebastião Norte

Data de emissão: 23.04.2018

Comprovativo n.º 036/2018



Processo n.º 426/2017/OP/GI
Nome: Sónia Cristina Mendes da Silva
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia
Local: Rua Sacadura Cabral, lote 80, Bairro Novo de St.º. Eloy
Data de emissão: 24.04.2018
Comprovativo n.º 037/2018

Processo n.º 65/2018/OP/GI
Nome: Miguel Delgado Colao
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia
Local: Rua Cidade de Mirandela, lote 78, Bairro Casal de São Sebastião
Data de emissão: 30.04.2018
Comprovativo n.º 038/2018

Processo n.º 483/2017/OP/GI
Nome: Francisco José Horta
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia
Local: Rua Cidade de Aveiro, lote 519, Bairro Vale Grande
Data de emissão: 30.04.2018
Comprovativo n.º 039/2018

Listagem dos Alvarás de Utilização e de Construção, emitidos pelo Diretor do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, no uso da competência subdelegada pelo Vereador Paulo César Teixeira, através do despacho n.º 2/VPCT/2017, de 31 de outubro, durante o mês de abril de 2018, nos termos da informação n.º Interno/2018/5007, de 2018.05.10:

Alvarás de Construção

Processo n.º 125/2017/OP/GI
Nome: Joaquim Duarte Rodrigues
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua do Bonfim, lote 248, Casal do Bispo
Data de emissão: 02.04.2018
Alvará n.º 076/2018

Processo n.º 424/2015/OP/GI
Nome: Amélia Marques Torres de Oliveira Couto
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Isabel Aboim Inglês, lote 5, Bairro Milharada
Data de emissão: 02.04.2018
Alvará n.º 077/2018

Processo n.º @ 12/2014 – 44839/OCP
Nome: Maria Viegas – Unipessoal Lda
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Bairro dos C.T.T., lote 1 A 44 e 1 A 45, Campos de Caneças
Data de emissão: 02.04.2018
Alvará n.º 078/2018

Processo n.º 147/2017/OP/GI
Nome: YASSIR IQBAL HAJI
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua José Gomes Ferreira, lote 39, Bairro Trigache Norte
Data de emissão: 10.04.2018
Alvará n.º 079/2018

Processo n.º 154/2016/OP/GI
Nome: Dolorosa Maria Pereira Alfaiate Neto
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Cidade de Setúbal, lote 417, Bairro Vale Grande
Data de emissão: 11.04.2018
Alvará n.º 080/2018

Processo n.º @ 29/2018 – 3083/OP
Nome: GIROMAQ – Comércio de Máquinas e Imóveis, Construção Civil e Obras Públicas, Lda
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Urbanização Colinas do Cruzeiro, zona 7, lote 16, Odivelas
Data de emissão: 11.04.2018
Alvará n.º 081/2018

Processo n.º 316/2017/OP
Nome: E.U.P. – Empreendimentos Urbanísticos da Portela, Lda
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Casal das Comendadeiras, lote 6/7, Famões
Data de emissão: 12.04.2018
Alvará n.º 082/2018

Processo n.º 103/2018/D/OVP
Nome: LisboaGás GDL
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Angra do Heroísmo, Póvoa Santo Adrião
Data de emissão: 12.04.2018
Alvará n.º 083/2018

Processo n.º 104/2018/D/OVP
Nome: LisboaGás GDL
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua da República, Ramada
Data de emissão: 12.04.2018
Alvará n.º 084/2018

Processo n.º 428/2017/OP/GI
Nome: Valdemar Fernando Pinto dos Santos
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua do Bispo, lote 305, Bairro Casal do Bispo
Data de emissão: 16.04.2018
Alvará n.º 085/2018

Processo n.º @ 31/2018 – 7432/OP
Nome: José Francisco Fialho Rancheiro
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Quinta da Baleia. Odivelas
Data de emissão: 17.04.2018
Alvará n.º 086/2018

Processo n.º 241/2016/OP/GI
Nome: Carlos Manuel Nunes Mendes
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Fernando Pessoa, lote C 30, Bairro dos Pedrenais
Data de emissão: 17.04.2018
Alvará n.º 087/2018

Processo n.º 340/2017/OP/GI
Nome: Cristina Isabel Lourenço Henriques
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Luís Stau Monteiro, lote 93, Bairro Granjas Novas
Data de emissão: 17.04.2018
Alvará n.º 088/2018



Processo n.º 404/2015/OP
Nome: Ana Raquel Ribeiro Carmona
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua do Neto, n.º 8, Largo Dom Dinis, n.º 15, Odivelas
Data de emissão: 18.04.2018
Alvará n.º 089/2018

Processo n.º 308/2016/OP
Nome: Luis José Joyce Fernandes Pereira
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Almirante Gago Coutinho, n.º 50 e 50 A, Odivelas
Data de emissão: 20.04.2018
Alvará n.º 090/2018

Processo n.º 66/2017/OP
Nome: Palmira Conceição da Silva
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Marechal Gomes da Costa, Famões
Data de emissão: 20.04.2018
Alvará n.º 091/2018

Processo n.º 246/2015/OP/GI
Nome: Germana da Soledade Peralta Carolo
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua do Bispo, lote 291, Bairro Casal do Bispo
Data de emissão: 20.04.2018
Alvará n.º 092/2018

Processo n.º 467/2017/OP/GI
Nome: Ivo Daniel Antunes Miranda
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua do Alto, lote 224, Bairro Casal do Bispo
Data de emissão: 23.04.2018
Alvará n.º 093/2018

Processo n.º 185/2017/OP/GI
Nome: Rúben Correia Tavares
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Camacho Costa, lote 737, Bairro de São Sebastião Norte
Data de emissão: 23.04.2018
Alvará n.º 094/2018

Processo n.º 114/2018/D/OVP
Nome: Alexandre Rodrigues da Silva Coelho
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Combatentes do Ultramar, n.º 3, Odivelas
Data de emissão: 30.04.2018
Alvará n.º 095/2018

Processo n.º 15/2018/D/OVP
Nome: EDINFOR IMOVEIS, SA
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Norberto Oliveira, n.º 13 A, 13 B e 13 C, Odivelas
Data de emissão: 30.04.2018
Alvará n.º 096/2018

Processo n.º 47/2018/D/OVP
Nome: NOS-Comunicações SA
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Manuel da Fonseca, UF Ramada e Caneças
Data de emissão: 30.04.2018
Alvará n.º 097/2018

Processo n.º 61/2016/OP/GI
Nome: Manuel Pinto Amaral
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Quinta da Silveira, lote 586 A, Bairro Casal da Silveira
Data de emissão: 30.04.2018
Alvará n.º 098/2018

Processo n.º 159/2017/OP/GI
Nome: Manuel Veríssimo Martinho da Silva
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Afonso Lopes Vieira, lote 89, Bairro Novo das Queimadas
Data de emissão: 30.04.2018
Alvará n.º 099/2018

Alvarás de Utilização

Processo n.º 121/2017/OP/GI
Nome: Constantin Velnita
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Cidade de Lamego, lote 474, Bairro Vale Grande
Data de emissão: 02.04.2018
Alvará n.º 047/2018

Processo n.º 367/2017/OP/GI
Nome: Custódio Martins
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Rainha Santa Isabel, lote 245, Bairro Vale Grande
Data de emissão: 02.04.2018
Alvará n.º 048/2018

Processo n.º 310/2017/OP/GI
Nome: Carlos Manuel Alves Rodrigues
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Cidade Alcácer do Sal, lote 445, Bairro Vale Grande
Data de emissão: 02.04.2018
Alvará n.º 049/2018

Processo n.º 193/2017/OP/GI
Nome: Manuel Monteiro Costa
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Cidade de Portimão, lote 11, Bairro Vale Grande
Data de emissão: 02.04.2018
Alvará n.º 050/2018

Processo n.º 207/2015/OP/GI
Nome: António José Fonseca da Silva
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua dos Pastores, lote B 122, Bairro dos Pedrenais
Data de emissão: 02.04.2018
Alvará n.º 051/2018

Processo n.º @ 117/2017 – 14307/CP/OP/GI
Nome: Acácio Marques Ferreira
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Nova do Miranda, lote 147, Bairro Casal Novo
Data de emissão: 05.04.2018
Alvará n.º 052/2018

Processo n.º @ 125/2017 – 14601/CP/OP/GI
Nome: Júlio Rosa Gomes
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua da Liberdade, lote 171, Bairro Casal da Silveira
Data de emissão: 05.04.2018
Alvará n.º 053/2018



Processo n.º 305/2016/OP/GI
Nome: Nelson de Almeida
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Bonjardim, lote 447, Bairro Casal Novo
Data de emissão: 05.04.2018
Alvará n.º 054/2018

Processo n.º 207/2016/OP/GI
Nome: Anunciação Paiva Beltrão
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Doutora Laura Ayres, nº 9 e 9 Ade policia, Trigache Centro
Data de emissão: 05.04.2018
Alvará n.º 055/2018

Processo n.º 333/2016/OP/GI
Nome: Agostinho Almeida da Silva
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Cidade de Viseu, lote 46, Bairro Casalinho da Azenha
Data de emissão: 11.04.2018
Alvará n.º 056/2018

Processo n.º @ 122/2017 – 4901/OP/GI
Nome: Maria dos Santos Cochinha e Outro
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua 10 de Junho, lote 1158, Bairro Casal Novo
Data de emissão: 11.04.2018
Alvará n.º 057/2018

Processo n.º 420/2016/OP/GI
Nome: António de Deus do Nascimento Celso
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua das Fontainhas, lote 25, Bairro das Fontainhas
Data de emissão: 11.04.2018
Alvará n.º 058/2018

Processo n.º @ 169/2016 – 12314/CP/OP/GI
Nome: Hsbizêrere – Construção Civil, Lda
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Casal do Abadesso, nº 36 de policia, Casal Novo
Data de emissão: 12.04.2018
Alvará n.º 059/2018

Processo n.º @ 55/2017 – 14030/CP/OP/GI
Nome: José António Coutinho dos Santos
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Cidade Peso da Régua, lote 123, Bairro Casal de São Sebastião
Data de emissão: 13.04.2018
Alvará n.º 060/2018

Processo n.º 222/2016/OP/GI
Nome: Rogério Alberto Valente Magalhães
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Idade do Bronze, nº 10 de policia, da Rua dos Lusitanos, Quinta do Castelo Nascente
Data de emissão: 19.04.2018
Alvará n.º 061/2018

Processo n.º 65/2016/OP/GI
Nome: José Serralha de Oliveira
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua 19 de Junho, lote 72, Bairro Sol Nascente
Data de emissão: 20.04.2018
Alvará n.º 062/2018

Processo n.º @ 171/2016 – 14700/CP/OP/GI
Nome: Dulce Maria Pereira Pinto Rocha e Outra
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Avenida São Sebastião, nº 34 e 34 A de policia, Casal do Rato
Data de emissão: 20.04.2018
Alvará n.º 063/2018

Processo n.º 493/2016/OP/GI
Nome: Instaladrilho – Construções e Empreitadas Lda
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Travessa José Águas, lote 663, Bairro São Sebastião Norte – Bairro dos Quatro
Data de emissão: 20.04.2018
Alvará n.º 064/2018

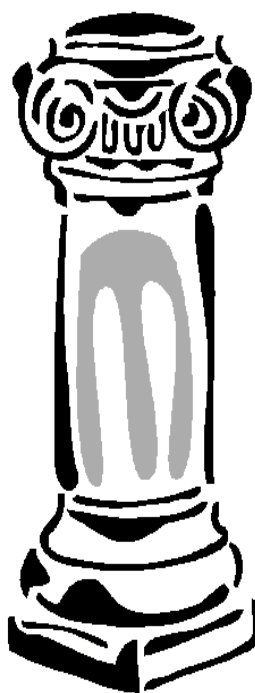
Processo n.º 191/2015/OP/GI
Nome: Leonel Candeias Robalo
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua do Poço, lote 853, Bairro Casal da Silveira
Data de emissão: 24.04.2018
Alvará n.º 065/2018

Processo n.º @ 120/2017 – 14604/CP/OP/GI
Nome: Circlexclusive, Lda
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua do Olivél, lote 94, Bairro das Queimadas á Quinta das Dálias
Data de emissão: 24.04.2018
Alvará n.º 066/2018

Processo n.º @ 145/2015 – 14560/OP
Nome: Maria de Fátima Rodrigues Dutra
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Manuel Simões Castelo, nº 1 de policia, Caneças
Data de emissão: 30.04.2018
Alvará n.º 067/2018



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS





ASSEMBLEIA MUNICIPAL

9.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Realizada em 17 de maio de 2018

DELIBERAÇÕES

ESTRUTURA ORGÂNICA NUCLEAR

ESTRUTURA ORGÂNICA NUCLEAR DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Presente para deliberação a Proposta de Estrutura Orgânica Nuclear da Câmara Municipal de Odivelas, de acordo com a Proposta n.º 05/PRES/2018 de 26 de abril de 2018, aprovada na 9.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 7 de maio de 2018, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 9 de 2018*, página 8), remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas.

«Proposta N.º 05/PRES/2018

Assunto: Estrutura Orgânica Nuclear da Câmara Municipal de Odivelas.

Considerando que:

A atual Estrutura Orgânica Nuclear da Câmara Municipal de Odivelas foi aprovada na 10ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 27 de novembro de 2012 e na 5ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Odivelas, realizada em 10 de dezembro de 2012.

A referida Estrutura Orgânica teve por base os constrangimentos financeiros que à data eram impostos aos Municípios, com uma redução significativa das unidades orgânicas e dos respetivos cargos dirigentes, o que constituiu um entrave ao normal funcionamento dos serviços e à atividade Municipal.

Assim, e após a remoção dos impedimentos legais e tendo em conta a situação atual decorrente das eleições autárquicas de 2017 considera-se oportuno efetuar uma alteração à Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Odivelas, procurando adaptar a mesma à realidade existente com o objetivo de prestar aos nossos concidadãos, um serviço público de acrescida qualidade e de mais proximidade, tendo como foco essencial a contínua satisfação do interesse público.

Nestes termos tenho a honra de propor, de acordo com o previsto no artigo 6º do Decreto-Lei 305/2009, de 23 de outubro, e da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, alterada pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que a Câmara Municipal de Odivelas aprove e submeta a deliberação da Assembleia Municipal a presente proposta de Estrutura Orgânica Nuclear, nos seguintes termos:

1. Que a organização interna da Câmara Municipal de Odivelas adote o modelo de estrutura hierarquizada, de acordo com o previsto no artigo 9º n.º 1 a), do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, o qual, no caso concreto, se afigura ser o mais adequado para a organização interna, ao nível da otimização dos recursos humanos, financeiros e materiais.
2. Relativamente à Estrutura Nuclear e na definição das respetivas Unidades Orgânicas Nucleares, propõe-se a seguinte organização:
 - a) Direções Municipais

Direção Municipal de Gestão e Administração Geral
Direção Municipal de Ordenamento e Intervenção Territorial
 - b) Departamentos Municipais

Departamento Jurídico e de Administração Geral
Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico
Departamento de Obras Municipais e Habitação
Departamento de Gestão Ambiental e Transportes
Departamento de Educação e Coesão Social
Departamento de Desporto, Cultura e Turismo
3. As atribuições e competências a prosseguir pelas Unidades Orgânicas Nucleares definidas em 2., encontram-se detalhadas no Regulamento Orgânico, a complementar com a Estrutura Flexível que venha a ser aprovada pelo órgão executivo municipal, no quadro dos limites fixados pela Assembleia Municipal.
4. Relativamente à criação de Unidades Orgânicas Flexíveis de 2º grau, Unidades Orgânicas Flexíveis de 3º grau e de Subunidades Orgânicas, propõe-se o seguinte número máximo:



	Número atual	Número máximo proposto	Variação
Unidades Orgânicas Flexíveis de 2º grau	21	26	+5
Unidades Orgânicas Flexíveis de 3º grau	3	3	0
Subunidades Orgânicas	90	95	+5

5. Assim, tendo em atenção as disposições previstas na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, alterada pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, a Estrutura Nuclear da Câmara Municipal de Odivelas é alterada de acordo com o seguinte quadro:

Pessoal Dirigente	Número atual	Número proposto	Variação
Diretor Municipal	1	2	+1
Diretor de Departamento	4	6	+2

Odivelas, 26 de abril de 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)»

[Publica-se em anexo no final do presente Boletim a “Estrutura Orgânica Nuclear da Câmara Municipal de Odivelas”]

(Aprovada por maioria)

REVISÃO ORÇAMENTAL 2018

8.ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL 2.ª REVISÃO ORÇAMENTAL 2018

Presente para deliberação a 2.ª Revisão Orçamental 2018, 8.ª Modificação Orçamental, nos termos da informação n.º Interno/2018/4458, de 2018.04.27 e dos mapas anexos, aprovada na 9.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 7 de maio de 2018, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 9 de 2018*, página 8), remetida pelo Senhor Presidente da Câmara

Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas.

«ENQUADRAMENTO

A presente REVISÃO ORÇAMENTAL decorre da necessidade de incorporar no Orçamento de 2018 o saldo de gerência do exercício de 2017, bem como a inscrição de novas rubricas em projetos, e ajustamentos nas dotações dos projetos e ações atualmente existentes.

A incorporação é parcial, no valor de 4.500.00,00 € (quatro milhões e quinhentos mil euros) correspondendo a 48% do valor global do saldo de gerência, que foi de 9.376.411,71 € (nove milhões, trezentos e setenta e seis mil, quatrocentos e onze euros e setenta e um centavos), conforme documentos de Prestação de Contas aprovados pela Assembleia Municipal de Odivelas, em 19 de Abril de 2018, pelo que ficam por incorporar 4.876.411,71 € (quatro milhões, oitocentos e setenta e seis mil, quatrocentos e onze euros e setenta e um centavos).

A incorporação em causa (4,5 milhões de euros) e o acréscimo no valor de 88.900,00 €, resultante do aumento do valor previsto para as AEC's e CAF's, e ainda a criação de uma rubrica denominada “Taxa de Gestão de Resíduos”, implica um aumento do valor global do Orçamento Inicial, para 92.914.350,00 Euros (noventa e dois milhões, novecentos e catorze mil, trezentos e cinquenta euros).

(...)

Numa análise comparativa entre as dotações atuais e o previsto na presente REVISÃO ORÇAMENTAL, verifica-se um aumento de 13,7 % das despesas de capital, ou seja de 3.991.387,09 Euros, bem como de 0,9 % das despesas correntes, ou seja de 597.512,91 Euros.

(...)

Deste modo o valor global do Orçamento Municipal para 2018, após a 2ª Revisão Orçamental, será de 92.914.350,00 euros. (...)» (8ª Modificação Orçamental, 2ª Revisão Orçamental)

Orçamento de 2018
Resumo do Orçamento – 2.ª Revisão

Recargas					
Inicial	Atual	Variaco	Aps 2.ª Reviso	Variaco (5)	
(1)	(2)	(3)=(2)-(1)	(4)	Valores	Perc.
Correntes	67.114.117,40	67.114.117,40	0,00	67.203.017,40	88.900,00 0,1%
Capital	21.211.322,60	21.211.322,60	0,00	21.211.322,60	0,00 0,0%
Outras	10,00	10,00	0,00	4.500.010,00	4.500.000,00 100,0%
TOTAL	88.325.450,00	88.325.450,00	0,00	92.914.350,00	4.588.900,00 4,9%

Despesas					
Inicial	Atual	Variaco	Aps 1.ª Reviso	Variaco (5)	
(1)	(2)	(3)=(2)-(1)	(4)	Valores	Perc.
62.848.783,40	63.111.200,43	262.417,03	63.708.713,34	597.512,91	0,9%
25.476.666,60	25.214.249,57	-262.417,03	29.205.636,66	3.991.387,09	13,7%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	n.a
88.325.450,00	88.325.450,00	0,00	92.914.350,00	4.588.900,00	4,9%

(Aprovada por maioria)



REGULAMENTO

REGULAMENTO DO FUNDO DE AUXÍLIO SOCIAL DE EMERGÊNCIA

Presente para deliberação o “Regulamento do Fundo de Auxílio Social de Emergência (FASE)”, após término do período de consulta pública, ao qual foi submetido o projeto do referido Regulamento, através do Edital n.º 27/PRES/2018, de 5 de março, publicado no *Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 4/2018, de 6 de março*, página 19 e anexo, não resultando da mesma quaisquer contributos, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/3918, de 2018.04.12, aprovada na 8.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 18 de abril de 2018, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 8 de 2018*, página 8), enviada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas.

[Publica-se em anexo no final do presente Boletim o *Regulamento do Fundo de Auxílio Social de Emergência (FASE)*]

(Aprovado por maioria)

SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

PRESTAÇÃO DE CONTAS A 31.12.2017 RELATÓRIO DE GESTÃO 2017 SIMAR DE LOURES E ODIVELAS

Presente para deliberação o Processo n.º 9/DM/2018 referente à Prestação de Contas a 31.12.2017 e Relatório de Gestão 2017 dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas (SIMAR), nos termos dos documentos (Proposta 161/2018) remetidos ao Município de Odivelas pelos SIMAR através do ofício S/10750, de 2018.04.11, na sequência do deliberado pelo seu Conselho de Administração, na sua 11.ª reunião ordinária, realizada em 11 de abril de 2018, e de acordo com o proposto na informação dos serviços da Câmara Municipal de Odivelas com o n.º Interno/2018/3962, de 2018.04.12, aprovada na 8.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 18 de abril de 2018, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 8 de 2018*, página 8), enviada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas.

(Aprovado por maioria)

1.ª REVISÃO ORÇAMENTAL DE 2018

Presente para deliberação a 1.ª Revisão Orçamental de 2018 dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas, elaborada com base na integração do saldo de gerência (execução orçamental) de 2017, no montante de €6.845.616,00 (seis milhões oitocentos e quarenta e cinco mil seiscentos e dezasseis euros), tendo sido contempladas todas as propostas apresentadas pelas diversas unidades orgânicas, apresentando um incremento de €2.909.500,00 (dois milhões novecentos e nove mil e quinhentos euros) em despesas de capital e €3.936.116,00 (três milhões novecentos e trinta e seis mil e cento e dezasseis euros) em despesas correntes. Nos termos da Proposta 166/2018, deliberada pelo Conselho de Administração dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos, Loures e Odivelas - SIMAR, na sua 3.ª Reunião Extraordinária, realizada em 20 de abril de 2018, remetida à Câmara Municipal de Odivelas, através do ofício S/11861 de 20 de abril de 2018, e de acordo com o constante na informação dos serviços da Câmara Municipal de Odivelas com o n.º Interno/2018/4347, de 2018.04.23, aprovada na 9.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 07 de maio de 2018, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 9 de 2018*, página 8), enviada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas.

(Aprovado por maioria)

PONTOS PENDENTES

PASSAGEM DE PONTOS PARA UMA PRÓXIMA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Dado o adiantado da hora pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal foi posta à votação a passagem dos pontos 7, 8 e 9 para a próxima Sessão da Assembleia Municipal.

Ponto 7 - Representante da Assembleia Municipal de Odivelas no Conselho da Comunidade.

Ponto 8 - Proposta de aprovação do Regulamento do Conselho Municipal do Desporto de Odivelas, após Consulta Pública.

Ponto 9 - Proposta de Desafetação do Domínio Público para Integrar o Domínio Privado Municipal da Parcela de Terreno Contígua à Escola EB1/JI Quinta das Dálías, Designada por "Parcela A", com a Área de 344,24 m², sita no Bairro Casal das Queimadas, Freguesia de Famões, atualmente União das Freguesias de Pontinha e Famões.

(Aprovado por maioria)



ANEXOS

REGULAMENTO ESTRUTURA ORGÂNICA NUCLEAR 2018
ESTRUTURA ORGÂNICA NUCLEAR DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

REGULAMENTO DO FUNDO DE AUXÍLIO SOCIAL DE EMERGÊNCIA - FASE



CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Regulamento Estrutura Orgânica Nuclear

2018



ÍNDICE

Conteúdo

CAPÍTULO I.....	5
DOS PRINCÍPIOS GERAIS DE ORGANIZAÇÃO	5
Artigo 1º.....	5
Objetivos Gerais.....	5
Artigo 2º.....	5
Princípios Gerais de Organização da Administração Municipal.....	5
CAPÍTULO II.....	6
DOS PRINCÍPIOS GERAIS DE GESTÃO	6
Artigo 3º.....	6
Critérios Organizacionais e de Funcionamento.....	6
Artigo 4º.....	8
Controlo, Prestação de Contas e Avaliação do Desempenho	8
Artigo 5º.....	8
Gestão Financeira.....	8
Artigo 6º.....	8
Gestão Patrimonial.....	8
Artigo 7º.....	9
Gestão dos Recursos Humanos	9
Artigo 8º.....	9
Informática e Sistemas de Comunicação	9
Artigo 9º.....	10
Responsabilização dos Dirigentes.....	10
Artigo 10º.....	10
Diálogo, e Participação/Comunicação e Informação.....	10
CAPÍTULO III.....	10
DAS UNIDADES ORGÂNICAS NUCLEARES.....	10
Secção I.....	10
Do modelo da Estrutura Orgânica.....	10
Artigo 11º.....	10



Modelo de estrutura orgânica	10
Secção II.....	11
Da Estrutura Orgânica Nuclear	11
Artigo 12º.....	11
Estrutura Orgânica Nuclear	11
CAPÍTULO IV	12
DAS ATRIBUIÇÕES DAS UNIDADES ORGÂNICAS NUCLEARES.....	12
Secção I.....	12
Das Atribuições Comuns.....	12
Artigo 13º.....	12
Direções Municipais e Departamentos Municipais	12
Secção II.....	13
Das Atribuições Próprias.....	13
Artigo 14º.....	13
Direções Municipais	13
Artigo 15º.....	14
Departamentos Municipais	14
Secção III.....	14
Das Atribuições Específicas.....	14
Artigo 16º.....	14
Direção Municipal de Gestão e Administração Geral	14
Artigo 17º.....	14
Direção Municipal de Ordenamento e Intervenção Territorial	14
Artigo 18º.....	15
Departamento Jurídico e de Administração Geral	15
Artigo 19º.....	18
Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico	18
Artigo 20º.....	19
Departamento de Obras Municipais e Habitação	19
Artigo 21º.....	22
Departamento de Gestão Ambiental e Transportes	22
Artigo 22º.....	23
Departamento de Educação e Coesão Social	23
Artigo 23º.....	26



Departamento de Desporto, Cultura e Turismo	26
CAPÍTULO V	28
DISPOSIÇÕES FINAIS	28
Artigo 24º	28
Dos cargos dirigentes	28
Artigo 25º	28
Entrada em vigor	28
Artigo 26º	28
Interpretação	28



**Estrutura Orgânica Nuclear
da
CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS**

**CAPÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS GERAIS DE ORGANIZAÇÃO**

Artigo 1º

Objetivos Gerais

No desempenho das suas atribuições, a Câmara Municipal de Odivelas prossegue os seguintes objetivos gerais:

1. Dinamizar o desenvolvimento socioeconómico do Município, através da realização das ações e tarefas necessárias ao cumprimento dos objetivos constantes nos planos e programas de atividades aprovados pelos órgãos autárquicos;
2. Atingir elevados padrões de qualidade e capacidade de resposta nos serviços prestados à população;
3. Gerir com eficiência os recursos disponíveis tendo em vista uma gestão racionalizada e moderna;
4. Promover a participação dos cidadãos e dos agentes socioeconómicos do Município nos processos de tomada de decisão;
5. Promover a dignificação e valorização profissional e cívica dos trabalhadores municipais.

Artigo 2º

Princípios Gerais de Organização da Administração Municipal

Os serviços municipais seguem, na sua organização interna, e na relação com os munícipes, os seguintes princípios gerais:

1. Princípio do serviço às populações: consubstanciado numa clara noção de serviço público, no respeito pelas decisões dos órgãos autárquicos e na intransigente defesa dos legítimos interesses dos munícipes;



2. Princípio da administração aberta: consubstanciado na permanente disponibilização para prestar aos munícipes toda a informação sobre os processos que lhes digam respeito, de acordo com as formas previstas na lei;
3. Princípio do diálogo: todas as decisões da administração serão tomadas na base do diálogo com todas as partes interessadas e do permanente esclarecimento das linhas de orientação da municipalidade, para que se consiga atingir uma efetiva interação entre o Município e as populações;
4. Princípio da eficácia: a administração municipal organizar-se-á para que, com o menor custo possível, possa prestar às populações serviços que primem pela rapidez e qualidade da resposta;
5. Princípio da qualidade e inovação: correspondendo a uma permanente disponibilidade para a adoção de novos métodos e técnicas que, de forma eficiente, possam aumentar a qualidade dos serviços prestados às populações;
6. Princípio da participação: implicando uma política de descentralização da gestão e de delegação de competências para outras entidades, nomeadamente para as Juntas de Freguesia do Município, procurando o envolvimento dos munícipes em matérias relevantes da atividade municipal.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS GERAIS DE GESTÃO

Artigo 3º

Critérios Organizacionais e de Funcionamento

1. Flexibilidade estrutural. A organização estrutural dos serviços não deverá obedecer a critérios rígidos e imutáveis, mas devendo atuar, com flexibilidade e oportunidade, às necessidades operacionais determinadas pelos Objetivos Municipais e pela dinâmica socioeconómica envolvente;
2. Coordenação permanente. Dada a natureza das atividades municipais, as quais exigem uma intervenção concertada dos diversos serviços, e a impossibilidade de cada serviço dispor de todas as capacidades e meios para, por si só, concretizar essas atividades, a coordenação intersectorial permanente constitui um imperativo a que todos os serviços se encontram obrigados;



3. Sob a supervisão do executivo Municipal, os serviços devem promover uma eficiente coordenação de planos e ações com as entidades públicas e privadas, com intervenção ou incidência na área do Município, designadamente no âmbito do desenvolvimento das infraestruturas e da instalação de serviços públicos, equipamentos sociais e económicos, assim como uma atenção especial na articulação com as atividades das Juntas de Freguesia;
4. Desconcentração, Descentralização e Delegação de Competências. No quadro de uma política municipal de efetiva Desconcentração, Descentralização e Delegação de Competências, os serviços devem promover, através de medidas ao nível da sua estrutura interna, a máxima capacidade de resposta, nos escalões organizacionais mais próximos da população e dos cidadãos, devendo, os dirigentes e chefias, promover as medidas tendentes:
 - À máxima desconcentração territorial das atividades, dentro de critérios técnicos e económicos aceitáveis;
 - À descentralização e delegação de competências, concretizada através da afetação de recursos para as Juntas de Freguesia e outros agentes sociais, sempre que para tal estejam reunidas as necessárias condições e daí possa resultar uma melhor resposta aos problemas e anseios das populações.
5. Automatização e empresarialização de serviços. Sempre que se justifique, e no quadro da legislação aplicável, será promovida a transferência de alguns serviços e atividades para modelos institucionais e de gestão mais eficientes e responsabilizadores, do tipo empresarial, segundo formas e enquadramentos diversos que assegurem eficácia e economia e salvaguardem a natureza do serviço público;
6. Transparência e celeridade da atividade Técnico-Administrativa. Uma parte significativa da atividade municipal consiste no licenciamento de atividades sociais e económicas dos cidadãos, em conformidade com a legislação nacional aplicável e/ou com os regulamentos municipais em vigor, pelo que se impõe a adoção das modernas tecnologias da informação no domínio do tratamento documental, para a elevação da qualidade do serviço prestado aos cidadãos.



Artigo 4º

Controlo, Prestação de Contas e Avaliação do Desempenho

1. A atividade dos diversos serviços municipais será objeto de permanente controlo pelos respetivos dirigentes e pelos Órgãos Municipais, com vista a detetar e corrigir disfunções ou desvios relativamente aos planos em vigor e a permitir uma oportuna tomada de decisões quanto à revisão destes;
2. Os dirigentes e responsáveis pelos diversos serviços devem elaborar e apresentar à Câmara Municipal, anualmente, com caráter obrigatório, um relatório final de execução dos planos de investimento relativos ao ano anterior;
3. Por decisão da Administração, ou por iniciativa dos dirigentes dos serviços, outros relatórios deverão ser elaborados e apresentados, com propostas de soluções, sempre que as circunstâncias ou factos relevantes possam condicionar a boa execução das atividades planeadas.

Artigo 5º

Gestão Financeira

1. A gestão financeira municipal será rigorosamente centralizada e subordinada à necessidade da plena e coerente realização das atividades planeadas;
2. O reforço da capacidade financeira municipal constitui um dever de todos os serviços, tanto na perspetiva da redução das despesas de estrutura e funcionamento e dos custos das atividades como do aumento das receitas;
3. Os serviços de administração financeira terão uma atitude ativa perante o reforço das receitas municipais, quer no âmbito de cobrança de receitas próprias como da percepção das verbas e impostos a transferir dos serviços da Administração Central, assim como no aproveitamento dos financiamentos disponibilizados no âmbito de programas centrais, regionais e comunitários, e na responsabilidade de terceiros por danos causados em infraestruturas e equipamentos municipais.

Artigo 6º

Gestão Patrimonial

1. O património móvel e imóvel municipal constitui, de uma forma geral, o resultado dos investimentos realizados em meios de trabalho designadamente, instalações,



equipamentos, mobiliário, ferramentas e outros para o desempenho pelos serviços, das respectivas atribuições;

2. Salvo no que respeita a determinado património imóvel, não utilizado como meio de trabalho e que, através de uma adequada gestão, pode ser valorizado como fonte de proveitos municipais, o restante património sofre de uma progressiva desvalorização decorrente do seu uso, acrescendo estes custos, sob a forma de amortização, aos custos normais de funcionamento.

Artigo 7º

Gestão dos Recursos Humanos

Os Recursos Humanos constituem um fator essencial para eficiência de toda a atividade municipal.

- a) O sistema integrado de gestão dos recursos humanos é caracterizado por uma ampla descentralização de responsabilidades e atribuições para os dirigentes e chefias das unidades orgânicas;
- b) A criação de um ambiente de motivação, de espírito de serviço e de disciplina laboral são os objetivos a atingir pela correta gestão dos mecanismos de progressão e promoção profissional e de avaliação do desempenho;
- c) A formação e valorização profissional dos trabalhadores municipais constituirão a chave para o sucesso do processo de modernização e inovação.

Artigo 8º

Informática e Sistemas de Comunicação

1. O recurso às modernas tecnologias de informação constitui um elemento da maior importância na modernização administrativa e técnica do Município;
2. O processo de informatização integra-se no processo mais geral de organização e modernização técnica e administrativa dos serviços, o qual deverá ser dirigido, segundo um programa coerente, de acordo com as prioridades definidas pela Câmara Municipal, visando a melhoria do atendimento e do serviço prestado diretamente ao público e da gestão económico-financeira municipal, a elevação qualitativa do sistema de planeamento físico e de desenvolvimento socioeconómico do Município e a simplificação e modernização técnico-administrativa.



Artigo 9º

Responsabilização dos Dirigentes

Os dirigentes dos serviços municipais assumirão um papel relevante em todo o processo de gestão municipal, cabendo-lhes responsabilidades técnicas, de gestão e de liderança.

Artigo 10º

Diálogo, e Participação/Comunicação e Informação

1. A participação da comunidade na vida municipal será assegurada pela introdução de uma prática permanente de diálogo com a população e com as suas expressões organizadas e pela institucionalização de mecanismos de coordenação e cooperação com as instituições públicas e os agentes sociais e económicos operando nas mais diversas áreas de atividade;
2. Tais mecanismos, independentemente da forma considerada, serão instituídos por deliberação da Câmara Municipal e poderão ter um carácter sistemático e permanente consoante a natureza das atividades em causa;
3. Aos trabalhadores municipais será igualmente assegurada uma ampla participação na conceção, coordenação e execução das decisões municipais, através da estrutura hierárquica das unidades e subunidades orgânicas onde prestam serviço ou através das suas organizações representativas.

CAPÍTULO III

DAS UNIDADES ORGÂNICAS NUCLEARES

Secção I

Do modelo da Estrutura Orgânica

Artigo 11º

Modelo de estrutura orgânica

O modelo de estrutura hierarquizada compreende:

- a) Estrutura Nuclear – composta por unidades orgânicas nucleares, correspondentes a duas Direções Municipais e seis Departamentos Municipais, cuja identificação, atribuições e competências se encontram consagradas no presente Regulamento;



- b) Estrutura Flexível – composta até a um número máximo de vinte e seis unidades orgânicas flexíveis de 2º grau, incluindo as unidades orgânicas criadas ao abrigo do Artigo 10º da lei nº49/2012, de 29 de setembro;
- c) A estrutura orgânica municipal compreenderá ainda até três unidades orgânicas flexíveis de 3º grau, criadas nos termos do Artigo 255º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro;
- d) As unidades orgânicas referidas nas alíneas b) e c) são criadas por deliberação do Órgão Executivo Municipal, mediante proposta do seu Presidente;
- e) Quando estejam predominantemente em causa funções de natureza executiva, podem ser criadas até a um número máximo de noventa e cinco subunidades orgânicas;
- f) As subunidades referidas na alínea anterior são criadas por despacho do Presidente da Câmara;
- g) O disposto nas alíneas anteriores não prejudica a possibilidade da constituição de comissões, conselhos e grupos de trabalho, desde que tal se revele necessário em função de prossecução das atribuições municipais e mediante despacho do Presidente da Câmara.

Secção II

Da Estrutura Orgânica Nuclear

Artigo 12º

Estrutura Orgânica Nuclear

Ao nível da Estrutura Orgânica Nuclear os serviços municipais organizam-se da seguinte forma:

a) Direções Municipais

Direção Municipal de Gestão e Administração Geral

Direção Municipal de Ordenamento e Intervenção Territorial

b) Departamentos Municipais

Departamento Jurídico e de Administração Geral

Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico

Departamento de Obras Municipais e Habitação

Departamento de Gestão Ambiental e Transportes

Departamento de Educação e Coesão Social

Departamento de Desporto, Cultura e Turismo



CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DAS UNIDADES ORGÂNICAS NUCLEARES

Secção I

Das Atribuições Comuns

Artigo 13º

Direções Municipais e Departamentos Municipais

Constituem atribuições comuns às Direções Municipais e aos Departamentos Municipais:

- a) Elaborar e submeter a aprovação da Câmara Municipal os regulamentos, normas e instruções necessários ao correto exercício da respetiva atividade;
- b) Colaborar na elaboração e no controlo de execução dos Planos plurianuais e anuais e dos Orçamentos municipais e assegurar os procedimentos necessários ao bom funcionamento do sistema de gestão municipal;
- c) Preparar as minutas das propostas a submeter a deliberação da Câmara Municipal e assegurar a sua execução, bem como dos despachos do Presidente ou Vereadores com competências delegadas;
- d) Programar a atuação do serviço em consonância com os Planos de Atividades e elaborar periodicamente os correspondentes relatórios de atividade;
- e) Dirigir a atividade das unidades e subunidades orgânicas dependentes e assegurar a correta execução das respetivas tarefas dentro dos prazos determinados;
- f) Gerir os recursos humanos, técnicos e patrimoniais afetas, garantindo a sua racional utilização;
- g) Promover a valorização dos respetivos recursos humanos com base na sua formação profissional contínua, na participação, na disciplina laboral e na elevação do espírito de serviço público;
- h) Assegurar a avaliação dos desempenhos dos respetivos trabalhadores, dirigentes e serviços, no quadro do sistema de Avaliação do Desempenho e respetivos subsistemas em vigor e em função dos resultados individuais e coletivos, na prossecução dos objetivos definidos;



- i) Promover o desenvolvimento tecnológico e a contínua adoção de medidas de natureza técnica e administrativa tendentes a simplificar e racionalizar métodos e processos de trabalho, conferindo eficácia, eficiência, qualidade e agilidade à respetiva atividade;
- j) Colaborar no processo de aprovisionamento municipal ao nível do planeamento, da apreciação de propostas de fornecimento e da definição de critérios técnicos e parâmetros de gestão;
- k) Assegurar o melhor atendimento aos munícipes e o tratamento das questões e problemas por eles apresentados, individual ou organizadamente e a sua pronta e eficiente resolução;
- l) Colaborar ativamente no processo de recolha, tratamento, produção e difusão de elementos informativos para a população relativos a atividade do serviço;
- m) Manter uma prática permanente de informação e coordenação com os demais serviços de forma a assegurar coerência, eficácia e economia na realização das respetivas atividades.

Secção II

Das Atribuições Próprias

Artigo 14º

Direções Municipais

Constituem atribuições próprias das Direções Municipais:

- a) Assegurar a concretização das políticas municipais definidas para as respetivas áreas de atividade;
- b) Coordenar as atividades das unidades orgânicas de nível inferior, na linha geral de atuação definida pelos órgãos municipais competentes;
- c) Assegurar uma adequada articulação entre os Departamentos Municipais ou outros serviços de nível inferior;
- d) Apoiar os dirigentes municipais das unidades orgânicas de nível inferior e superintender os aspetos de gestão corrente;
- e) Controlar os resultados sectoriais, responsabilizando-se pela sua produção de forma adequada aos objetivos prosseguidos;
- f) Promover a execução das ordens e despachos do Presidente da Câmara ou dos Vereadores com poderes para o efeito nas matérias compreendidas na esfera da sua competência.



Artigo 15º

Departamentos Municipais

Constituem atribuições próprias dos Departamentos Municipais:

- a) Assegurar, em estreita articulação com as unidades orgânicas flexíveis que o integrem, as tarefas relativas à gestão global do Departamento, designadamente quanto ao planeamento, programação e orçamentação das atividades, ao controlo da sua execução física e financeira, à modernização e racionalização da gestão e à administração e valorização dos recursos humanos;
- b) Assegurar determinadas tarefas de natureza técnica, administrativa e logística em apoio às diversas unidades dependentes, sempre que não se justifique que estas disponham de mecanismos próprios para o efeito.

Secção III

Das Atribuições Específicas

Artigo 16º

Direção Municipal de Gestão e Administração Geral

A Direção Municipal de Gestão e Administração Geral exerce a sua atividade na dependência e em apoio direto do Presidente da Câmara ou do Vereador com competências delegadas para o efeito, competindo-lhe coordenar as atividades das unidades Orgânicas de nível inferior, designadamente nas áreas jurídica, financeira, patrimonial e de recursos humanos.

Artigo 17º

Direção Municipal de Ordenamento e Intervenção Territorial

A Direção Municipal de Ordenamento e Intervenção Territorial exerce a sua atividade na dependência e em apoio direto do Presidente da Câmara ou do Vereador com competências delegadas para o efeito, competindo-lhe coordenar as atividades das unidades Orgânicas de nível inferior, designadamente nas áreas do planeamento e do ordenamento territorial, na intervenção e realização de infraestruturas que promovam o processo de transformação física e o uso do solo, de acordo com as políticas municipais definidas para o efeito.



Artigo 18º

Departamento Jurídico e de Administração Geral

Compete ao Departamento Jurídico e de Administração Geral:

1. Prestar informação técnico-jurídica sobre quaisquer questões ou processos que lhe sejam submetidos pela Câmara ou pelo Presidente, velar pelo cumprimento das leis, regulamentos, deliberações dos órgãos do Município no âmbito das suas atribuições;
2. Preparar a celebração de contratos, com exceção dos relativos a pessoal, em que o Município seja outorgante;
3. A gestão financeira e patrimonial do Município, promovendo a elaboração de propostas de previsão e mobilização financeira e de valorização do património municipal;
4. Compete-lhe ainda:
 - a) Garantir o bom funcionamento dos serviços e a eficaz gestão dos mesmos ao serviço da administração municipal;
 - b) Apoiar a intervenção da Câmara Municipal na participação, a que esta for chamada, em processos legislativos e regulamentares;
 - c) Desenvolver uma ação preventiva e pedagógica, esclarecendo, quando for caso disso, quais os modos mais adequados de dar cumprimento à lei, aos regulamentos e às decisões dos órgãos autárquicos;
 - d) Colaborar com os diversos serviços municipais ou com entidades externas na área das suas atribuições ou na resolução de outros assuntos de interesse municipal;
 - e) Instruir os processos de contraordenações e os processos de execução fiscal nos termos da lei;
 - f) Dar parecer sobre as reclamações ou recursos gratuitos bem como sobre petições ou exposições sobre atos e/ou omissões dos órgãos municipais ou procedimentos dos serviços;
 - g) Velar pelo cumprimento das leis, regulamentos, deliberações e decisões dos órgãos do Município nos limites das suas atribuições, participar as infrações ocorridas cabendo-lhe igualmente a execução de mandados;
 - h) Detetar e promover o embargo e participação da prática de ilícitos contraordenacionais das operações urbanísticas que, estando sujeitas a licenciamento ou autorização, dele não hajam sido objeto, promovendo os demais procedimentos previstos por lei ou regulamento, com vista às correspondentes cominações;



- i) Proceder à apreciação dos processos decorrentes da atividade da sua área funcional específica, respeitantes a obras ilegais, pedidos de vistoria, diligências e denúncias diversas;
- j) Assegurar a remoção de viaturas em estacionamento abusivo e/ou abandonadas e proceder à tramitação administrativa e destino final das mesmas;
- k) Proceder à fiscalização do ruído produzido por atividades ruidosas permanentes de licenciamento municipal, intervindo preventivamente, através da emissão de pareceres, no âmbito dos processos de licenciamento das referidas atividades;
- l) Coordenar a elaboração das Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Outras Atividades Relevantes) e do Orçamento do Município, promovendo o planeamento anual e plurianual de atividades, tanto na sua vertente operativa como orçamental;
- m) Assegurar os registos e procedimentos contabilísticos, de acordo com a legislação em vigor e com os requisitos do modelo de gestão estabelecido no Município;
- n) Organizar a Conta de Gerência e elaborar o respetivo relatório;
- o) Assegurar as atividades de aprovisionamento municipal em bens e serviços necessários à execução eficiente e oportuna das atividades planeadas, respeitando os melhores critérios de gestão económica, financeira e de qualidade;
- p) Proceder, ao lançamento de todos os concursos ou outros processos de aquisição, para fornecimento de bens e serviços, devidamente autorizados;
- q) Proceder ao armazenamento e gestão material dos bens e ao seu fornecimento mediante requisição própria;
- r) Assegurar o expediente e as tarefas administrativas relativas à administração do pessoal, designadamente, concursos de admissão e de acesso, provimentos, contratações, aposentações, exonerações, assistência na doença, acidentes de trabalho, classificação de serviço, controlo de assiduidade e de trabalho extraordinário e suplementar, processamento de remunerações, subsídios e abonos diversos, manutenção do cadastro e do arquivo, entre outras atividades similares;
- s) Assegurar, de forma integrada, as atividades relativas à Saúde Ocupacional, à Higiene e Segurança dos trabalhadores municipais;
- t) Elaborar e propor os Planos Anuais de Formação e os respetivos orçamentos;



- u) Instruir os processos de licenciamento dos estabelecimentos comerciais e outros, que por lei estejam cometidos ao município;
- v) Assegurar um conhecimento detalhado e atualizado de todos os programas e mecanismos de financiamento público, nacionais e comunitários, suscetíveis de serem acionados com vista ao financiamento de projetos de interesse municipal;
- w) Assegurar, em articulação com os serviços responsáveis pela execução dos projetos, o controlo de execução e a gestão financeira dos projetos com candidaturas aprovadas, bem como os respetivos procedimentos administrativos e de prestação de contas;
- x) Com base nos Planos de Atividades e na previsão de investimento municipal, promover, com o concurso dos serviços sectoriais, os processos de candidatura externa de projetos e a respetiva negociação financeira;
- y) Organizar e manter atualizado o cadastro e inventário dos bens imóveis do Município e promover todos os registos e demais procedimentos relativos aos mesmos;
- z) Manter atualizado o inventário valorizado do património móvel existente e a sua afetação aos diversos serviços;
- aa) Assegurar a conservação e manutenção dos bens patrimoniais móveis do Município, salvo os que, pela sua especificidade, se encontram sob a responsabilidade de outros serviços;
- bb) Proceder às operações de abate e alienação de bens patrimoniais, quando deteriorados ou inúteis;
- cc) Assegurar o expediente, nomeadamente, as funções de distribuição e expedição de correspondência, a divulgação pelos serviços de ordens e diretivas internas, dos regulamentos emitidos pelos órgãos municipais competentes, bem como a organização do expediente e apoio administrativo necessários aos processos eleitorais.



Artigo 19º

Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico

Compete ao Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico:

1. Assegurar a instrução dos procedimentos relativos ao licenciamento e autorização de operações urbanísticas e elaborar os adequados instrumentos de planeamento, gestão urbanística na perspetiva de transformação física e do uso do solo;
2. Acompanhar o processo de recuperação de Áreas Urbanas de Génese Ilegal localizadas em áreas críticas do Município de Odivelas;
3. Assegurar os procedimentos e mecanismos que operacionalizem as orientações estratégicas definidas pelo executivo municipal, com articulação com as diferentes unidades orgânicas municipais;
4. Compete-lhe ainda:
 - a) Instruir e informar, em conformidade com o Plano Diretor Municipal e outros regulamentos e instrumentos de planeamento em vigor, e demais legislação aplicável, todos os procedimentos de licenciamento e autorização de operações urbanísticas, da competência dos órgãos municipais ou sobre que estes devam pronunciar-se, quando apresentados por entidades exteriores ao Município;
 - b) Gerir os procedimentos relativos a operações de loteamento, bem como a obras particulares, até à vistoria final e à emissão do alvará de licença de construção, respetivamente, assegurando a conformidade das obras com os projetos e regulamentos aprovados;
 - c) Assegurar os procedimentos administrativos relativos à prestação de cauções, cedências patrimoniais e ao cumprimento de outras obrigações dos promotores, no âmbito dos respetivos licenciamentos;
 - d) Elaborar alvarás de licença e de autorização de loteamento e de obras de urbanização;
 - e) Assegurar todo o procedimento administrativo relativo à recuperação e legalização das áreas urbanas de génese ilegal, como tal formalmente delimitadas ou não, em conformidade com as normas legais e regulamentares;
 - f) Assegurar as atividades de medição de projetos, liquidação de taxas e outras receitas municipais das AUGI's e áreas equivalentes, nos termos da lei e dos regulamentos municipais, normativos para as AUGI's e do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais;



- g) Assegurar a articulação com as associações de proprietários, associações de moradores e administrações conjuntas e participar nas assembleias de administração conjunta, nos termos da Lei;
- h) Promover a elaboração de planos e estudos necessários à recuperação e legalização dos diversos aglomerados ilegais, nos termos da Lei, na modalidade de reconversão de iniciativa municipal;
- i) Instruir os procedimentos relativos a projetos de loteamento e de construção localizados nos aglomerados ilegais e promover a legalização das edificações existentes, no quadro dos planos ou parâmetros urbanísticos aprovados;
- j) Verificar a conformidade da execução das operações urbanísticas superiormente determinadas com os projetos aprovados e as condições do licenciamento ou autorização, promovendo o embargo e participação de ilícitos contraordenacionais, e os demais procedimentos previstos por lei ou regulamento;
- k) Efetuar os demais procedimentos necessários à prevenção e contenção de infrações de âmbito urbanístico após a emissão das autorizações ou dos licenciamentos previamente aprovados de forma a contribuir para a fluidez e a boa regularidade dos processos de obras particulares;
- l) Elaborar os estudos e planos municipais de ordenamento do território considerados necessários a uma adequada dinâmica de urbanização do Município, ao reordenamento e requalificação de zonas urbanas degradadas e aglomerados deficientemente inseridos na malha urbana, bem como a qualificação dos núcleos históricos das diversas localidades;
- m) Coordenar iniciativas e projetos especiais, que assumam uma importância estratégica no desenvolvimento e qualificação do território;

Artigo 20º

Departamento de Obras Municipais e Habitação

Compete ao Departamento de Obras Municipais e Habitação:

1. Controlar, em coordenação com o Departamento Jurídico e de Administração Geral, a execução orçamental e financeira dos Planos de Investimentos, quanto às obras e concursos sob a sua responsabilidade, assegurar a elaboração dos estudos e projetos relativos a infraestruturas, equipamentos e instalações municipais, planear e executar as



respetivas obras, através do lançamento de concursos de empreitadas ou por administração direta, bem como fiscalizar e acompanhar a execução das referidas obras;

2. Coordenar as atividades ligadas às questões da habitação e da inovação social no âmbito das atribuições municipais;
3. Assegurar a gestão técnica e operacional do material rolante;
4. Compete-lhe ainda:
 - a) Planear a execução das obras contempladas nos Planos de Investimento aprovados, calendarizando as diferentes fases de execução das mesmas de acordo com os objetivos definidos superiormente;
 - b) Planear as obras necessárias de manutenção em Equipamentos Coletivos e Instalações Municipais da responsabilidade da Câmara Municipal, em coordenação com as entidades encarregues da sua gestão e em observância do Plano de Investimentos aprovado;
 - c) Promover e controlar os atos administrativos previstos na lei para os processos de empreitadas e fornecimentos de obras públicas, a partir do ato de celebração dos respetivos contratos iniciais;
 - d) Assegurar o cumprimento, pelos adjudicatários, dos contratos de empreitadas e fornecimentos, em representação do dono de obra, desenvolvendo os necessários procedimentos administrativos e técnicos previstos na função de fiscalização;
 - e) Assegurar a conservação e manutenção das instalações e equipamentos municipais, ou sob responsabilidade municipal;
 - f) Assegurar a gestão dos contratos de manutenção dos diversos equipamentos existentes nas instalações municipais, nomeadamente aparelhos de ar condicionado, elevadores;
 - g) Programar e lançar empreitadas necessárias à prossecução dos seus objetivos, fiscalizar as obras e garantir o respetivo controlo de qualidade;
 - h) Acompanhamento das ações delegadas nas Juntas de Freguesia nas áreas de:
 - 1 – Manutenção e conservação de escolas e jardim-de-infância;
 - 2 – Manutenção, conservação e gestão de mercados;
 - 3 – Manutenção, conservação e gestão de recintos desportivos cobertos e descobertos e campos de ténis;
 - 4 – Manutenção e conservação de pavimentos rodoviários e pedonais e limpeza e conservação de bermas e valetas.



- i) Assegurar a elaboração de estudos e projetos relativos a instalações municipais e equipamentos coletivos de responsabilidade municipal a construir, reconstruir, ampliar, remodelar e conservar;
- j) Prestar assistência técnica às obras municipais;
- k) Assegurar a construção, manutenção e conservação da rede viária, nomeadamente: vias, estacionamento, passeios, pontes e caminhos;
- l) Promover a construção de parques e zonas verdes, de acordo com os projetos definidos e aprovados superiormente;
- m) Assegurar a construção, manutenção e conservação de espaços urbanos;
- n) Promover e acompanhar, em estreito contacto e articulação com os operadores públicos e privados, um adequado sistema de transportes, bem como definir as zonas de transporte de automóveis de aluguer de ligeiros de passageiros;
- o) Elaborar estudos e projetos relativos às acessibilidades municipais e intermunicipais, visando o desenvolvimento e consolidação da estrutura viária;
- p) Assegurar o planeamento, programação e coordenação de iniciativas e empreendimentos, municipais ou em parceria, de carácter imperativo ou estratégico para o desenvolvimento concelhio no domínio das acessibilidades;
- q) O estudo, preparação, execução e avaliação das decisões a tomar pelos órgãos competentes do Município no âmbito da política municipal de habitação, e em especial promover a elaboração de programas de construção de habitação social e definir os papéis e incidência das iniciativas públicas e privada, bem como apoiar o movimento cooperativo de habitação, segundo as orientações dos órgãos autárquicos;
- r) Assegurar a gestão do parque habitacional que lhe esteja confiado;
- s) Programar, executar e assegurar a execução de projetos de edifícios habitacionais de custos controlados, infraestruturas, equipamentos e arranjos exteriores no âmbito de empreendimentos de habitação social;
- t) Assegurar a execução das políticas municipais de habitação no âmbito da reabilitação, manutenção e conservação do parque habitacional municipal;
- u) Promover todas as diligências e procedimentos necessários à reabilitação/requalificação do parque habitacional degradado do concelho, com exceção dos procedimentos relativos às empreitadas, no âmbito de planos e programas de reabilitação existentes ou a criar;



- v) Promover a construção de equipamentos sociais em parceria com as entidades sociais.

Artigo 21º

Departamento de Gestão Ambiental e Transportes

Compete ao Departamento de Gestão Ambiental e Transportes:

- a) Promover a salvaguarda e melhoria das condições ambientais através da manutenção e conservação de infraestruturas de responsabilidade municipal;
- b) Velar pela manutenção dos espaços verdes de uso público;
- c) Assegurar a gestão, conservação, manutenção e contínuo melhoramento da qualidade e funcionalidade dos parques e jardins que lhe estão diretamente cometidos;
- d) Acompanhamento das intervenções delegadas nas Juntas de Freguesia e outras entidades nas áreas de espaços verdes e lazer;
- e) Colaborar, sempre que necessário, na elaboração de projetos municipais relativos à requalificação do espaço público urbano;
- f) Coordenar ações de educação e informação pública com vista à conservação da natureza;
- g) Gestão dos viveiros municipais;
- h) Intervenções em situações de degradação ambiental;
- i) Limpeza e desobstrução de linhas de água;
- j) Colaborar com os demais serviços municipais em ações de vertente ambiental, nomeadamente, da prevenção e da eliminação de riscos ambientais;
- k) Emissão de pareceres técnicos na área ambiental;
- l) Promover ações de educação e sensibilização ambiental em parceria e junto dos munícipes, das instituições locais e dos organismos oficiais;
- m) Propor medidas e ações concretas tendentes à recuperação de zonas degradadas por ação humana, nomeadamente atividades económicas e outras, bem como por processos naturais;
- n) Garantir o cumprimento da lei e das posturas municipais no que se refere à higiene e limpeza pública;
- o) Colaborar com as autoridades de saúde pública e coordenar a fiscalização e intervenção sanitária em espaços municipais;



- p) Assegurar o funcionamento do serviço municipal de transportes especiais dirigido à população deficiente, desde que se encontrem a frequentar um estabelecimento de ensino e/ou uma Instituição de Deficiência;
- q) Manter o controlo técnico do equipamento mecânico afeto, em termos operacionais e patrimoniais, a outras unidades orgânicas;
- r) Assegurar as atividades de manutenção do parque de viaturas e máquinas do Município;
- s) Acompanhar em caso de sinistro ou acidentes todos os procedimentos da seguradora tendo em vista a defesa dos interesses municipais;

Artigo 22º

Departamento de Educação e Coesão Social

Compete ao Departamento de Educação e Coesão Social:

- 1. Assegurar as atribuições e competências na área da educação, promover e dinamizar programas que contribuam para o desenvolvimento social integrado, trabalhando de forma articulada e interativa com os diferentes agentes da comunidade;
- 2. Dinamizar os equipamentos coletivos que dependem das suas áreas de intervenção, promovendo a sua gestão integrada, rentabilizando-os e criando parcerias contribuindo para a afirmação e consolidação da identidade local, e para a promoção de um serviço público de qualidade;
- 3. Garantir a representação do município, em associações, comissões ou grupos de trabalho, constituídos a nível local, regional, nacional, ou internacional para apreciar matérias das suas áreas de competência;
- 4. Assegurar o desenvolvimento de projetos próprios ou em colaboração com entidades externas, com vista a promoção de ações de dinamização da expressão psico-motoras, desporto escolar e desenvolvimento social e cultural;
- 5. Compete-lhe ainda:
 - a) Desenvolver programas e projetos, que contribuam para a ligação da escola ao meio, para o desenvolvimento pessoal e social das crianças e jovens, e para a promoção de ações de educação ao longo da vida;
 - b) Promover a dinamização de projetos próprios que visem o desenvolvimento pessoal, social, e cultural das crianças e jovens, inseridos no apoio à educação extracurricular e às atividades complementares de ação educativa;



- c) Colaborar com a comunidade educativa em projetos e iniciativas que potenciem a função socioeducativa da Escola, a promoção da qualidade das aprendizagens e o combate ao abandono escolar precoce e à exclusão social;
- d) Promover a divulgação de programas e projetos vocacionados para a qualificação dos ambientes educativos, quer sejam de iniciativa municipal, quer sejam promovidos pelos diferentes agentes educativos do Concelho;
- e) Participar na conceção e planeamento do sistema educativo local, designadamente na monitorização da Carta Educativa do Concelho, na dinamização do Conselho Municipal de Educação e na definição anual da rede escolar, em articulação com os serviços competentes da Administração Central;
- f) Participar no planeamento e programação das novas construções escolares no que diz respeito aos jardins-de- infância e aos restantes estabelecimentos de ensino da rede pública sob responsabilidade municipal, bem como na sua manutenção e recuperação, em articulação com os competentes serviços municipais;
- g) Assegurar a gestão dos estabelecimentos de ensino da rede pública sob responsabilidade municipal, designadamente quanto ao apetrechamento, renovação e requalificação, do mobiliário e equipamento escolar, assim como, a atribuição de verbas para aquisição de material didático, e para fazer face a despesas de funcionamento corrente;
- h) Executar ações no âmbito da ação social escolar, designadamente, a atribuição de verbas para a aquisição de livros e material escolar aos alunos carenciados do ensino básico, e comparticipação no custo das refeições dos alunos do pré-escolar e do ensino básico;
- i) Assegurar a gestão dos refeitórios escolares dos estabelecimentos de ensino sob responsabilidade municipal;
- j) Assegurar a colocação e a gestão do pessoal não docente dos estabelecimentos de ensino sob responsabilidade municipal;
- k) Assegurar a gestão dos Transportes Escolares, de acordo com a legislação em vigor;
- l) Assegurar as Atividades de Enriquecimento Curricular nas escolas do 1º ciclo do ensino básico e as Atividades de Apoio à Família nos jardins-de-infâncias;



- m) Promover a realização de estudos com vista à avaliação das condições sócio habitacionais das famílias residentes no parque habitacional municipal e nos núcleos de construções precárias sob a sua responsabilidade;
- n) Acompanhar e apoiar os agregados familiares recenseados no âmbito do PER nas fases pré e pós realojamento;
- o) Assegurar a gestão social dos núcleos de alojamento provisório e das áreas abrangidas por programas de realojamento, promovendo a implementação de políticas, programas e projetos de intervenção comunitária;
- p) Elaborar a carta social de equipamentos e serviços como instrumento de planeamento da intervenção municipal na área da Ação Social;
- q) Promover políticas/projetos/iniciativas e apoiar programas integrados de ação social, em parceria com as entidades sociais, visando a inclusão social dos grupos sociais mais desfavorecidos;
- r) Incentivar e promover a criação de estruturas e atividades de apoio aos grupos socialmente vulneráveis, com especial incidência nas zonas sujeitas a processos sociais mais complexos;
- s) Apoiar as entidades sem fins lucrativos, legalmente constituídas, sedeadas e/ou a desenvolver atividades de intervenção social no Concelho de Odivelas, designadamente as Instituições Particulares de Solidariedade Social, Organizações Não Governamentais (ONG`s) e Confissões Religiosas promovendo e articulando ações conjuntas;
- t) Executar medidas de política social destinadas a grupos sociais específicos nomeadamente de apoio à Infância, Terceira Idade, Deficiência, Sem-abrigo e demais população;
- u) Prevenir, intervir e acompanhar situações de pobreza e exclusão social, através da mobilização de recursos existentes na comunidade e/ou atribuição de subsídios/apoios pontuais;
- v) Promover campanhas de sensibilização e ações de caráter formativo em temáticas específicas na área da intervenção social;
- w) Articular/colaborar com as estruturas locais de apoio às crianças em situação de risco e/ou outros grupos em situação de vulnerabilidade;



- x) Operacionalizar o Programa da Rede Social no Concelho e assegurar o respetivo acompanhamento técnico e administrativo, tendo em vista o cumprimento dos princípios e objetivos deste programa;
- y) Promover uma plataforma de participação de entidades públicas, privadas e de solidariedade, dinamizando e apoiando a criação e funcionamento de parcerias locais;
- z) Promover a captação de recursos para servir e beneficiar os cidadãos residentes em Odivelas;
- aa) Assegurar a participação e integração do Município em redes locais, regionais, nacionais e transnacionais, comissões de acompanhamento, conselhos consultivos ou qualquer outra estrutura que permita captar recursos para a intervenção social;
- bb) Dinamizar ações de voluntariado na área social, em colaboração com as diversas instituições/entidades do Concelho e/ou pessoas em situação de dependência, isolamento e solidão ou em qualquer outra situação de interesse social e comunitário que possa ser suscetível de voluntariado;
- cc) Dinamizar a cidadania e a participação das pessoas com deficiência, nomeadamente através do apoio técnico a iniciativas que contribuam para uma melhor integração social do deficiente.

Artigo 23º

Departamento de Desporto, Cultura e Turismo

Compete ao Departamento de Desporto, Cultura e Turismo:

- a) Colaborar, apoiar e contribuir para que o Movimento Associativo, e demais entidades sejam um parceiro estratégico na promoção, generalização e desenvolvimento de uma prática desportiva de qualidade no Município de Odivelas;
- b) Implementar e gerir Programas de Apoio ao Associativismo Desportivo de Odivelas assentes em normas claras e em princípios de transparência, rigor e imparcialidade;
- c) Colaborar e acompanhar a elaboração de estudos, projetos e construção de infraestruturas desportivas, em articulação com serviços municipais e demais entidades com competências nesta área;
- d) Promover o desenvolvimento de programas, projetos e ações que visem a diversificação da oferta desportiva, a manutenção da saúde e condição física, da



melhoria da qualidade de vida e do gosto pela prática, com base numa ampla e diversificada oferta desportiva;

- e) Promover projetos e programas para a criação de infraestruturas/equipamentos culturais, bem como assegurar uma gestão dinâmica, responsável e flexível dos equipamentos que se encontram sob a sua responsabilidade;
- f) Promover e incentivar o desenvolvimento dos recursos locais no sentido do enriquecimento e preservação do Património Artístico, Histórico, Arquitetónico e Arqueológico existente no Concelho;
- g) Promover diversas atividades de animação e divulgação cultural e outras iniciativas de promoção do livro e da leitura;
- h) Participar na definição das políticas de turismo que digam respeito ao concelho, prosseguidas pelos organismos ou instituições envolvidas, bem como participar nos órgãos das regiões de turismo;
- i) Assegurar a realização das atividades de iniciativa municipal, ou a que o Município se obrigue num quadro de cooperação institucional, visando a promoção do turismo designadamente como atividade económica e como prestação de serviços aos cidadãos;
- j) Estudar e promover medidas de estímulo aos operadores turísticos, hoteleiros e outros que se distingam pelo espírito de serviço, de iniciativa e de inovação em prol do turismo e prática da qualidade que prestigie o Município;
- k) Promover a divulgação do património cultural e paisagem de interesse patrimonial na perspetiva turística;
- l) Assegurar a execução da política e dos objetivos municipais definidos para a área da juventude, promovendo e apoiando projetos que visem uma maior diversidade e qualidade de atividades/serviços, em desejável articulação com outros serviços municipais e/ou instituições/associações que atuem na área;
- m) Promover e dinamizar o Conselho Municipal de Juventude bem como o Associativismo Juvenil, formal e/ou informal, criando as condições para a sua implementação e desenvolvimento.



CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 24º

Dos cargos dirigentes

Os dirigentes exercem a sua competência no âmbito da unidade orgânica em que se integram, correspondendo:

- a) As Direções Municipais, a cargos de direção superior de 1º grau;
- b) Os Departamentos Municipais, a cargos de direção intermédia de 1º grau;
- c) As unidades orgânicas flexíveis, ao nível de Divisões Municipais, a cargos de direção intermédia de 2º grau;
- d) As unidades orgânicas de 3º grau, a cargos de direção intermédia de 3º grau.

Artigo 25º

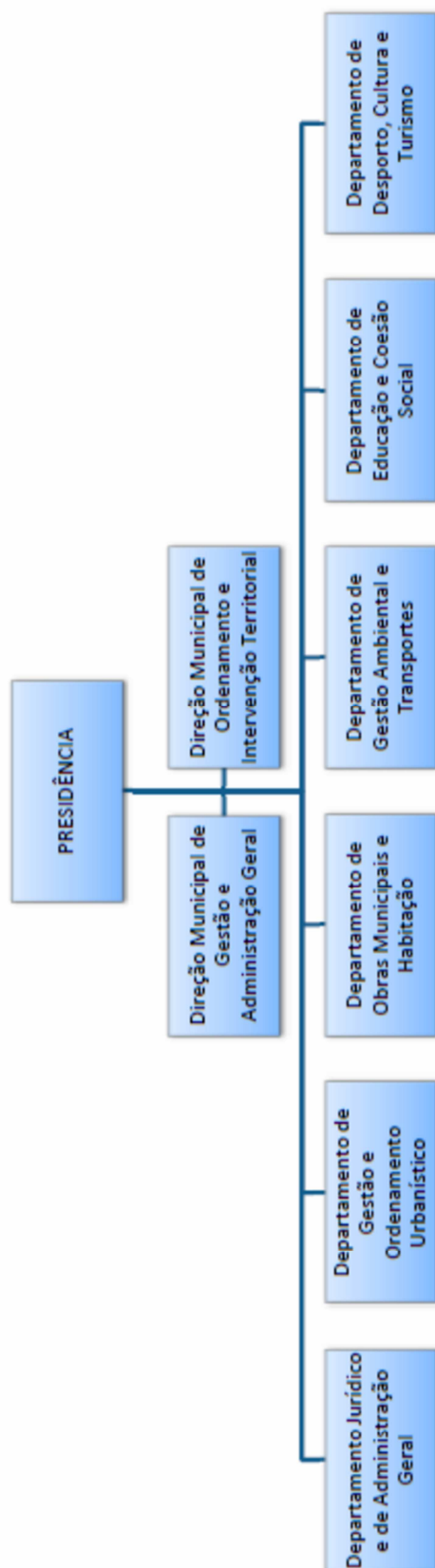
Entrada em vigor

A presente estrutura nuclear, entra em vigor no dia seguinte à sua publicação no Diário da República, nos termos do estatuído no n.º 6 do artigo 10º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro.

Artigo 26º

Interpretação

Compete ao Presidente da Câmara decidir sobre eventuais dúvidas de interpretação do presente regulamento.





REGULAMENTO
DO
FUNDO DE AUXÍLIO SOCIAL DE EMERGÊNCIA - FASE



Regulamento
do
Fundo de Auxílio Social de Emergência - FASE

Nota Justificativa

O Município de Odivelas aprovou na 10.^a reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas (CMO), realizada no dia 21 de maio de 2014 e na 8.^a sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Odivelas, realizada no dia 29 de maio de 2014, a constituição do Fundo de Emergência Social do Município de Odivelas e respetivo Regulamento.

Este Fundo insere-se no âmbito da implementação de medidas de combate à exclusão social nas suas múltiplas vertentes, no sentido de proporcionar às pessoas, singulares ou famílias, melhores condições de vida e igualdade de oportunidades, para que lhes seja possível realizar uma cidadania plena.

O Fundo de Emergência Social do Município de Odivelas (FESMO) foi concebido com o objetivo primordial de definir o conjunto de regras e critérios para a prestação de apoio financeiro, de carácter urgente e inadiável, a agregados familiares e a pessoas isoladas, que vivam em situação económico-social de emergência, constituindo, assim, mais um instrumento de realização das atribuições do Município no domínio da Ação Social e do exercício das competências desta Câmara Municipal.

O Município de Odivelas aprovou na 5.^a reunião ordinária da CMO realizada no dia 09 de março de 2016, o estabelecimento de um Protocolo de Parceria no âmbito do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado (SAASI), com o objetivo principal de promover a operacionalização de uma parceria que permita assegurar a prestação de um serviço de atendimento e acompanhamento social integrado com o intuito de apoiar indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. Na 6.^a reunião ordinária da CMO, realizada no dia 22 de março de 2017, foi aprovada uma adenda ao Protocolo de SAASI para integração de mais duas entidades parceiras. Atualmente, este Protocolo de Parceria conta com a participação de dezanove entidades parceiras, concretamente:

- Amovalflor - Associação de Moradores do Bairro do Vale do Forno;
- Associação das Antigas Alunas do Instituto de Odivelas;
- Associação de Psicologia - PsicoMindCare;
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima - APAV;
- Associação RUTE - Associação de Solidariedade Social;
- Centro Comunitário e Paroquial da Ramada;
- Centro Comunitário e Paroquial de Famões;



- Centro de Respostas Integradas de Lisboa Oriental da Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências da ARSLVT;
- Centro Social e Paroquial da Póvoa de Santo Adrião;
- Comissão de Reformados, Pensionistas e Idosos da Póvoa de Santo Adrião;
- Comissão Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos de Caneças;
- Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Lisboa;
- Hospital Beatriz Ângelo;
- Instituto da Segurança Social;
- Junta da União de Freguesias da Pontinha e Famões;
- Junta da União de Freguesias da Ramada e Caneças;
- Junta da União de Freguesias de Freguesias de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto;
- Junta de Freguesia de Odivelas e
- Município de Odivelas.

A implementação do SAASI surgiu da necessidade de qualificar o atendimento social e o trabalho em parceria com vista a uma resposta mais eficaz e eficiente às solicitações da população. Este modelo rege-se pelos princípios do trabalho em parceria, da territorialização da intervenção e da participação de todos os intervenientes.

Este serviço destina-se a assegurar o atendimento, apoio e acompanhamento aos indivíduos e famílias em situação de pobreza e de exclusão social. É reconhecido que as situações que procuram os serviços sociais envolvem, na maioria dos casos, problemas vários e a adoção de uma abordagem multidimensional que deve ser transversal a toda a intervenção do SAASI, no sentido de se proporcionar uma atuação multidisciplinar e intersectorial. Este modelo tem como requisitos o trabalho em rede e uma forte coordenação entre as várias instituições com intervenção social local.

A base da intervenção assenta na figura do Gestor de Caso, definido através da identificação da problemática dominante, na sequência de um diagnóstico compreensivo e fundamentado da situação. O Gestor de Caso deve acompanhar todo o processo e coordenar a sua atuação com os parceiros que for necessário envolver para a resolução da situação evitando-se, assim, a duplicação de intervenções.

Neste contexto e com os principais objetivos de:

- potenciar sinergias e recursos, evitando as sobreposições ao nível da intervenção e
- desburocratizar procedimentos, colocando as necessidades das pessoas no centro da intervenção e não os serviços ou entidades sociais com lógicas fechadas de funcionamento vertical;

é efetuada a presente articulação entre o SAASI e o FESMO numa lógica de efetivo trabalho em parceria, originando a criação do **Fundo de Auxílio Social de Emergência (FASE)**.



COMPETÊNCIA REGULAMENTAR

O presente Regulamento é elaborado ao abrigo do poder regulamentar próprio que é atribuído às autarquias, pelo Artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, da alínea h), do n.º 2, do Artigo 23.º, da alínea g), do n.º 2, do Artigo 25.º e das alíneas k) e v), do n.º 1, do Artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e do Artigo 99.º do Novo Código do Procedimento Administrativo.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Objeto e Âmbito de Aplicação

1. O presente Regulamento tem como objeto a definição das regras e dos critérios de acesso ao FASE.
2. O FASE destina-se a agregados familiares ou a pessoas isoladas, residentes no Concelho de Odivelas e em processo de acompanhamento social no âmbito do SAASI.

Artigo 2.º

Glossário

Para efeitos do disposto no presente Regulamento, considera-se:

- a) **Agregado Familiar**: o conjunto de pessoas que vivam com o requerente em comunhão de mesa e habitação, ligados por laços de parentesco, casamento, união de facto, afinidade ou adoção, coabitação ou outras situações passíveis de economia comum.
- b) **Rendimento líquido**: o valor do rendimento do agregado familiar ou pessoa isolada, após a dedução das contribuições para a Segurança Social e outros impostos, auferido por cada um dos seus elementos.
- c) **Capitação**: o valor do rendimento após o resultado da diferença entre o rendimento mensal líquido e a soma das despesas com habitação, saúde e educação, dividido pelo número de pessoas que compõem o agregado familiar.
- d) **Encargos fixos com a habitação**: o valor da renda da casa ou prestação devida pela aquisição de habitação própria.
- e) **Encargos com a saúde**: o valor das despesas médias mensais, dos últimos três meses, com a aquisição de medicamentos e que se revista de carácter permanente.
- f) **Encargos com a educação**: o valor das despesas com as mensalidades relativas a Creche, Jardim de Infância e Atividades de Tempos Livres.



- g) **Situação Económico-Social de Emergência:** consideram-se, no presente Regulamento, em situação económico-social de emergência, os agregados familiares ou as pessoas isoladas, cuja capitação seja igual ou inferior a um terço do Salário Mínimo Nacional.
- h) **Gestor de Caso:** técnico responsável pelo acompanhamento dos beneficiários do SAASI, que acompanha todo o processo de intervenção social e coordena a sua atuação com os parceiros que forem necessários envolver para a resolução da situação.

Artigo 3.º

Beneficiários dos Apoios

1. Podem beneficiar dos apoios previstos no presente Regulamento todos os cidadãos residentes no Concelho de Odivelas, desde que preencham, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- a) Terem idade igual ou superior a 18 anos e estarem em situação de autonomia económica;
- b) Serem residentes no Concelho de Odivelas;
- c) Encontrarem-se em processo de acompanhamento social no âmbito do SAASI;
- d) Não serem devedores de quaisquer quantias ao Município, salvo se as mesmas se encontrem em situação de resolução;
- e) Não beneficiarem de quaisquer outros apoios sociais para o mesmo fim.

Artigo 4.º

Natureza do Apoio

1. O apoio financeiro, excecional e temporário, destina-se aos agregados familiares ou a pessoas isoladas em processo de acompanhamento social no âmbito do SAASI e que se encontrem em situação económico-social de emergência, para fazer face a despesas essenciais ao suporte básico de vida, tais como:

- a) Pagamentos de água, eletricidade e gás;
- b) Aquisição de medicamentos e meios complementares de diagnóstico, prescritos através de receita médica ou acompanhados de declaração médica, na parte em que não sejam comparticipadas pelo Serviço Nacional de Saúde ou por outro subsistema de saúde, bem como outras despesas de saúde, desde que fundamentadas pelo Gestor de Caso;
- c) Aquisição de bens alimentares ou outros de primeira necessidade, tais como leites, papas para criança ou fraldas (para crianças ou adultos), considerados imprescindíveis para suprir carências urgentes;
- d) Aquisição de passes ou títulos de transporte;
- e) Pagamento de propinas e aquisição de livros, material escolar e outros considerados essenciais para garantia da escolarização das crianças ou jovens pertencentes a famílias carenciadas.



2. Os agregados familiares ou as pessoas isoladas não poderão beneficiar de mais de dois apoios anuais, exceto no que se refere ao nível da subsistência/alimentação, e/ou em outras situações justificadas em informação social e devidamente autorizadas.

Artigo 5.º

Fundo Permanente

1. O Fundo Permanente a que se refere o FASE destina-se a financiar situações previstas no presente Regulamento.
2. O Fundo Permanente previsto no número anterior consubstancia-se no projeto “Fundo de Emergência Social”, inscrito no Plano Municipal de Atividades.
3. O Fundo Permanente é constituído por um montante em dinheiro de valor previamente definido pela Câmara Municipal.
4. O titular do Fundo Permanente é a/o Presidente da Câmara ou a/o Vereadora/r com competência delegada para o efeito.
5. Para além do disposto nos números anteriores, aplica-se ao Fundo Permanente, subsidiariamente, o regime estatuído para os Fundos de Maneio.

CAPÍTULO II

PROCEDIMENTOS

Artigo 6.º

Processo de Candidatura

1. As candidaturas poderão ser formalizadas a todo o tempo, junto dos serviços municipais pelas entidades parceiras do SAASI Odivelas.
2. O pedido de apoio deverá ser remetido à Câmara Municipal de Odivelas / Divisão de Inovação Social e Projetos Educativos pelos “Gestores de Caso”, em formulário próprio de acordo com o modelo utilizado no âmbito do SAASI (em anexo), onde conste o apoio pretendido e os fundamentos que o suportam.
3. Os Serviços Municipais podem solicitar à entidade parceira, sempre que se torne necessário, a junção ao processo de outros elementos de prova para a verificação da situação económico-social de emergência do agregado familiar.
4. A entidade parceira deverá juntar ao processo, no prazo de 5 (cinco) dias todos os elementos de prova exigidos no número anterior, sob pena de extinção (ou encerramento) do processo.
5. Os requerentes ficam obrigados a comunicar ao seu “Gestor de Caso”, no prazo de 10 (dez) dias, qualquer alteração à sua situação familiar, patrimonial ou de rendimento declarado.



Artigo 7.º

Proteção de Dados

1. Os dados fornecidos pelas entidades parceiras destinam-se, exclusivamente, à instrução de candidatura ao apoio previsto no FASE, sendo a CMO responsável pelo seu tratamento e não divulgação.
2. São garantidos a confidencialidade e o sigilo no tratamento dos dados em conformidade com a legislação em vigor, ficando garantido o direito de acesso, de retificação e de eliminação, sempre que os requerentes o solicitem.

Artigo 8.º

Análise e Avaliação das Candidaturas

1. O processo de candidatura será analisado pelos serviços municipais, a quem compete emitir parecer técnico sobre os pedidos de apoio.
2. À CMO reserva-se o direito de solicitar todas as informações que considere necessárias a uma avaliação objetiva do processo, nomeadamente ao Instituto de Segurança Social, I.P e/ou a outras instituições que atribuam benefícios, donativos ou subsídios para o mesmo, bem como ao próprio candidato.

Artigo 9.º

Informação Social

A Informação Social é elaborada pelos “Gestores de Caso” e deve incluir, obrigatoriamente:

- a) Identificação do requerente;
- b) Avaliação diagnóstica da condição socioeconómica e verificação da situação económico-social de emergência;
- c) Apresentação de proposta do valor a apoiar com parecer técnico devidamente fundamentado.

Artigo 10.º

Avaliação da Condição Socioeconómica

A avaliação da condição socioeconómica é baseada na capitação calculada na aplicação informática do Instituto da Segurança Social, I.P. designada de ASIP - Ação Social Interface de Parceiros.



Artigo 11.º

Verificação da Situação Económico-Social de Emergência

A verificação da situação económico-social de emergência tem por base a Informação Social e a avaliação da condição socioeconómica, já decorrente do processo no âmbito do SAASI.

Artigo 12.º

Decisão dos Pedidos

1. A competência para decidir sobre os pedidos é da/o Presidente da Câmara Municipal, podendo esta ser delegada em Vereadora/r, sob proposta técnica devidamente fundamentada.
2. Semestralmente, a/o Presidente apresentará à Câmara Municipal um relatório de execução.

Artigo 13.º

Exclusão do Pedido

São liminarmente excluídos de análise os pedidos que se encontrem nas seguintes situações:

- a) Da avaliação da condição socioeconómica do agregado familiar ou da pessoa isolada não resulte a necessária correspondência aos rendimentos declarados;
- b) Não preencham, cumulativamente, os requisitos exigidos no Artigo 3º;
- c) As informações prestadas configurem falsas declarações, com vista à obtenção do benefício previsto no presente Regulamento.

Artigo 14.º

Cessação de Direito ao Apoio Financeiro

1. Constituem causas de cessação do apoio financeiro, nomeadamente:
 - a) A prestação, pelo beneficiário ou seu representante, de falsas declarações no âmbito do apoio atribuído;
 - b) A não apresentação, no prazo de 5 (cinco) dias, de documentos solicitados pela CMO, no âmbito do apoio atribuído;
 - c) A não participação por escrito ao “Gestor de Caso”, no prazo de 10 (dez) dias a partir da data em que ocorra, de qualquer informação suscetível de alterar os critérios subjacentes à verificação da situação económico-social de emergência;
 - d) A prestação de falsas declarações no âmbito do apuramento das condições de acesso, designadamente as que se referem aos rendimentos e à avaliação da condição socioeconómica, bem como o uso das verbas atribuídas para fins diversos dos constantes na respetiva candidatura.



2. A cessação definida no número anterior produz-se nos seguintes termos:

- a) Verificação, pelos “Gestores de Caso” e no âmbito do controlo e monitorização dos apoios concedidos, do incumprimento, por parte do requerente, do previsto no número anterior;
- b) Notificação ao requerente, por parte dos Serviços Municipais, da cessação do apoio financeiro, 5 (cinco) dias após a verificação do incumprimento;
- c) A comunicação prevista na alínea anterior far-se-á por e-mail ou carta registada com aviso de receção, tendo o requerente 10 (dez) dias úteis para se pronunciar, a contar do dia seguinte à data de receção da notificação;
- d) Findo o prazo, e mantendo-se o incumprimento previsto no número 1, os Serviços Municipais desencadearão o processo para a cessação do apoio financeiro.

3. No âmbito da cessação do apoio financeiro podem constituir-se como penalizações do requerente:

- a) A imediata restituição ao Município de Odivelas, dos benefícios atribuídos;
- b) A interdição de candidatura ao FASE, sem prejuízo das responsabilidades civis ou criminais decorrentes da prática de tais atos;
- c) Ser objeto de procedimentos legais que a CMO julgue como adequados.

4. As penalizações previstas no número anterior podem ser cumulativas.

Artigo 15.º

Periodicidade

Os apoios previstos no presente Regulamento têm um carácter excecional, provisório e temporário, em conformidade com cada situação concreta e de acordo com a análise e a avaliação da condição socioeconómica efetuada pelos “Gestores de Caso”.

Artigo 16.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no dia útil seguinte ao da sua publicação no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões.

Artigo 17.º

Dúvidas e Omissões

Todas as dúvidas e omissões suscitadas na interpretação e publicação do presente Regulamento serão decididas pelo Executivo Municipal.